



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**ANA PATRÍCIA NASCIMENTO MOREIRA**

**ELEMENTOS DE SEMIÓTICA DISCURSIVA PARA O ESTUDO E A PRÁTICA DA  
TRADUÇÃO**

**FORTALEZA**  
**2016**

ANA PATRÍCIA NASCIMENTO MOREIRA

ELEMENTOS DE SEMIÓTICA DISCURSIVA PARA O ESTUDO E A PRÁTICA DA  
TRADUÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M836e Moreira, Ana Patrícia Nascimento.  
Elementos de Semiótica Discursiva para o estudo e a prática da tradução / Ana Patrícia Nascimento Moreira. – 2016.  
95 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.  
Orientação: Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva.

1. Semiótica . 2. Tradução. 3. Metodologia. 4. Sentido. I. Título.

CDD 410

---

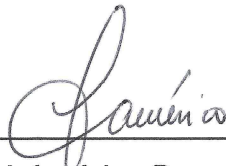
ANA PATRÍCIA NASCIMENTO MOREIRA

ELEMENTOS DE SEMIÓTICA DISCURSIVA PARA O ESTUDO E A PRÁTICA  
DA TRADUÇÃO

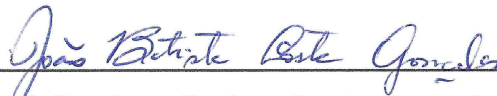
Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Linguística, da  
Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para obtenção  
do Título de Mestre em Linguística.

Aprovada em: 29/08/2016

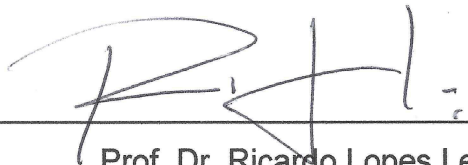
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu pai, que me ensinou o gosto pela leitura e a viver com discernimento.

À minha mãe, pela compreensão e cuidado que sempre me dedicou com o mais profundo afeto.

Às minhas irmãs, pelas quais tenho um carinho enorme.

Aos meus amigos que são como família.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, a quem devo toda boa dádiva e todo dom experimentados em vida.

A meus pais, Rivelino e Lourdes, minha terna gratidão, pelo amor sacrificial e pelo constante incentivo aos meus estudos.

Às minhas irmãs, Carol e Paulinha, pela compreensão e pelo companheirismo.

Ao Anderson, pela inesperada chegada cheia de cuidado, amor e companheirismo que eu precisava para terminar esta dissertação. Devo dizer que sem você, meu amor, essa tarefa teria sido muito mais árdua.

A minha avó Maria do Rosário e minha tia Lídia Maria, pelas constantes orações.

Ao professor José Américo, um dos meus primeiros professores da graduação de Letras e meu orientador, pelas orientações que me deu desde o início da minha vida acadêmica, pela gentileza e inspiração, minha leal gratidão.

Ao professor Ricardo Leite, pelas co-orientações espontâneas, pertinentes e pelo estímulo.

Aos companheiros do SEMIOCE, pela amizade e pelo aprendizado que cada um, individualmente, me proporcionou.

Ao professor João Batista, pelas constantes contribuições aos companheiros do Semioce e por ter aceitado meu convite, neste momento, para formar esta banca de defesa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que financia esta pesquisa.

“Todos se serviam da mesma língua e das mesmas palavras. [...] Disseram-se uns aos outros: Vinde, façamos tijolos e cozamo-los no fogo. Os tijolos serviram-lhes de pedra e o betume, de cimento. Disseram: Vinde, façamos uma cidade e uma torre, cujo cume atinja o céu. Celebremos nosso nome antes que nos dispersemos por toda a terra. Ora, Deus desceu para ver a cidade e a torre que os filhos de Adão edificavam e disse: Eis que todos são um só povo e falam uma única língua. Começaram a fazer isto e não desistirão, até que tenham completado sua obra. Vamos, desçamos e confundamos sua língua, para que um não entenda mais a linguagem do outro.” (Gênesis 11:1-7)

## RESUMO

Neste trabalho, buscamos argumentar a favor da utilidade da ferramenta teórico-metodológico da Semiótica Discursiva para a teoria e a prática da tradução interlinguística. Com este objetivo em mente, percorremos alguns textos que lidam com a teoria e a prática da tradução a fim de identificarmos problemas de tradução passíveis de receber nova formulação, e quiçá melhor resolução, com o auxílio da ferramenta descritivo-analítica da Semiótica Discursiva. Encontramos, no campo teórico da tradução, alguns problemas: os teóricos-tradutores teorizavam, majoritariamente, em torno dos produtos da tradução, e constatou-se uma incipiente exploração de estudos que se esforçaram para refletir sobre seu processo. Os trabalhos que analisavam os produtos de tradução usavam ainda critérios diversos para análise de traduções e mantinham-se em níveis mais concretos do texto, tais como a análise da reprodução de temas do texto de partida, tom e estilo do autor, além dos problemas de categorização léxica amplamente discutidos. Os critérios se definiam na medida em que os textos evidenciavam determinados aspectos difíceis para transposição, e não havia unificação das categorias de análise. Fazia-se necessário um estudo que propusesse um conjunto de categorias de análise consensuais para um estudo metodológico da tradução entre línguas. A análise do exemplário foi realizada aplicando-se o percurso gerativo do sentido a um poema escrito em português e a sua tradução em inglês, por meio dos quais exemplificamos de que maneira a baliza do método do percurso gerativo do sentido – ao invés de cercear a criatividade do tradutor – pode não só fornecer-lhe uma base mais segura para lidar com a multiplicidade dos fatores intervenientes no ato de traduzir, mas também pode servir como ponto de partida para constituírem-se parâmetros para uma tipologização parental mais segura entre textos relacionados por tradução.

**Palavras-chave:** Tradução. Semiótica. Metodologia. Sentido.



## RESUMEN

En este trabajo, buscamos argumentar en favor de la utilidad del aparato metodológico de la Semiótica Discursiva para la teoría y la práctica de la traducción interlingüística. Con este propósito, recorrimos algunos textos que tratan de la teoría y la práctica de la traducción a fin de identificar problemas en la traducción que pudiesen recibir nueva formulación; y quizá preferible resolución, con el auxilio de la herramienta descriptivo-analítica de la Semiótica Discursiva. Encontramos, en el campo teórico de la traducción, algunos problemas: los teóricos-traductores teorizaban, mayormente, en torno de los productos de la traducción, y se constató una incipiente inspección en los estudios que se esforzaban por reflexionar acerca de su proceso. Las investigaciones que analizaron los productos de la traducción usaban criterios diversos para el análisis de las traducciones y se limitaban a analizar niveles más concretos del texto, tales como el análisis de la reproducción de temas del texto de partida, tono y estilo del autor, además de los problemas de categorización léxica exhaustivamente discutidos. Los criterios se definían a medida que los textos evidenciaban determinados aspectos difíciles para transposición y no existía unificación de las categorías de análisis. Era necesario que un estudio propusiera un conjunto de categorías de análisis consensuales para un estudio metodológico de la traducción entre lenguas. Para el análisis del ejemplario aplicamos el recorrido generativo de la significación a un poema escrito en portugués y su traducción en inglés los cuales utilizamos para ejemplificar de qué manera el método del recorrido generativo de la significación – en lugar de restringir la creatividad del traductor – podría ofrecer no solo una base más segura para lidiar con la multiplicidad de los procesos que intervienen en el momento de traducir, sino también, podría servir como punto de partida para que se construyan parámetros para una tipología parental más segura entre los textos relacionados por traducción.

**Palabras clave:** Traducción. Semiótica. Metodología. Sentido.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Simulação das zonas de sentido.....	38
Figura 2 – Esquema analítico que simula a progressão da substância acústica não formada ao cinema.....	45
Figura 3 – Diagrama de produção da tradução.....	59
Figura 4 – Diagrama de avaliação da tradução.....	60
Figura 5 – Quadrado semiótico: tradução versus traição.....	62
Figura 6 – Quadrado semiótico: continuidade versus descontinuidade.....	63
Figura 7 – Quadrado semiótico: continuidade versus descontinuidade.....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EI	Estado Inicial
EF	Estado Final
F	Fonte
LC	Língua de Chegada
LP	Língua de Partida
M1	Mensagem na língua 1
M2	Mensagem na língua 2
P	Performance
PC	Plano do Conteúdo
PE	Plano da Expressão
PGS	Percurso Gerativo do Sentido
R1	Receptor na Língua 1
R2	Receptor na Língua 2
TC	Texto de Chegada
TP	Texto de Partida
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>2. O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA TRADUÇÃO: DA DIVERSIDADE DOS FATORES QUE INTERFEREM NO ATO DE TRADUZIR.....</b>	<b>16</b>
2.1. Critérios metodológicos para a tradução .....	26
2.2. Tradução e termos afins: a dissolução das fronteiras .....	33
<b>3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA LINGUÍSTICA E DA SEMIÓTICA PARA A TRADUÇÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Negociação e grandezas negociadas.....</b>	<b>36</b>
3.1.1. <i>Forma e substância na tradução .....</i>	<i>41</i>
<b>3.2. A apreensão do sentido via significação.....</b>	<b>48</b>
<b>3.3. O conceito de tradução na semiótica discursiva .....</b>	<b>52</b>
3.3.1. <i>Uma interpretação linguístico-semiótica da tradução .....</i>	<i>53</i>
3.3.2. <i>Do sentido à significação - Interpretar: com ou sem método? .....</i>	<i>55</i>
3.3.3. <i>Da significação ao sentido - Textualizar .....</i>	<i>57</i>
3.3.4. <i>Uma análise semiótica do termo tradução.....</i>	<i>61</i>
<b>3.4. Procedimentos metodológicos da análise .....</b>	<b>63</b>
<b>4. ANÁLISE .....</b>	<b>64</b>
<b>4.1. Do exemplário .....</b>	<b>67</b>
<b>4.2. Aplicação do PGS ao Poema de Sete Faces .....</b>	<b>67</b>
4.2.1. <i>Sintaxe do nível discursivo .....</i>	<i>68</i>
4.2.2. <i>Semântica do nível discursivo .....</i>	<i>69</i>
4.2.3. <i>Nível narrativo.....</i>	<i>74</i>
4.2.4. <i>Semântica do nível fundamental.....</i>	<i>76</i>
4.2.5. <i>Sintaxe do nível fundamental.....</i>	<i>77</i>
<b>4.3. Confrontações.....</b>	<b>78</b>
4.3.1. <i>Nível discursivo.....</i>	<i>79</i>
4.3.2. <i>Nível narrativo.....</i>	<i>84</i>
4.3.3. <i>Nível fundamental.....</i>	<i>84</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Quer se situe o sentido imediatamente atrás das palavras, antes das palavras ou depois das palavras, a questão do sentido permanece”.  
(Greimas)

Apesar de que se traduza desde a Antiguidade, nem sempre uma teoria correspondente acompanhou a prática de traduções. Eugenio Coseriu, por exemplo, em seu livro *O homem e a sua linguagem*, no capítulo intitulado *O certo e o errado na teoria da tradução* (1982), não se refere à tradução como uma disciplina, e sim como “um campo desenvolvido por teóricos-tradutores que desenvolvem a pesquisa sobre tradução” (p. 155). Embora Coseriu a trate como uma teoria, já que em 1978, num breve apêndice às Actas do Colóquio sobre Literatura e Tradução e André Lefevere tenha proposto a designação Estudos de Tradução numa tentativa de cercar o campo dessa disciplina, para Bassnett (2003), “o estudo sistemático da tradução está ainda a dar os primeiros passos” (p. 20). Exemplos de obras com este intuito, são os trabalhos de Lefevere (1978) e de Nida (1986).

Bassnett (2003), em seu livro *Estudos de Tradução*, reflete sobre o estabelecimento de critérios para a análise de traduções. Segundo a autora, a falta de critérios se deve a que, em seus primeiros séculos de discussão, a prática tradutória se cumpriu descompromissada de teorias que a acompanhassem, e, por isso, foi ela desestimada como atividade secundária, servil e apenas utilitária. Tal tradição levou muitos tradutores a praticarem um serviço apenas crítico em relação aos produtos da tradução e iniciou-se a prática de pesquisas, que se voltavam, mormente, apenas a uma modalidade, que, de longe, superava as demais áreas que acresceram a pesquisa sobre tradução: o exercício da avaliação de traduções.

Com efeito, muitos teóricos se viram na responsabilidade de exercer o papel de “guardiões” dos originais para leitores monolíngues acerca dos problemas das traduções. Dessa forma, as análises passaram a incidir numa crítica ferrenha direcionada, majoritariamente, aos produtos da tradução, e menos sobre seu processo, num debate “não muito elevado”, segundo Bassnett. A autora ainda denuncia a pouca matéria existente acerca de métodos que esclareçam critérios para as análises no processo da tradução.

Em Semiótica Discursiva, trabalhos recentes apontam para uma contribuição desta disciplina para os estudos de tradução. Exemplos destes são os trabalhos de Pondian (2009), Garrido (2014) e Rastier (2010). Como será possível observar, as correlações apenas começaram a ser esboçadas. Nosso trabalho segue o veio de estudos aberto por esses autores, pois é na reflexão acerca da proficuidade da metodologia semiótica para o estudo e a prática da tradução, que se insere a contribuição da presente pesquisa.

Em linhas gerais, os estudos de tradução se definem como uma especialidade que se ocupa da transposição do sentido de uma língua natural a outra. Tais estudos, no entanto, não se detêm no examinar e descrever sistemática e metodologicamente dos mecanismos e procedimentos envolvidos no processo da tradução. Destarte, para não cometer o mesmo equívoco, não se deve escamotear o fato de que, antes de transpor o sentido, é preciso gerá-lo pela leitura, e leitura implica apreensão organizada do sentido ou, com mais acerto, geração do sentido. Dito de outro modo, antes mesmo de ter o que traduzir, deve-se perguntar pelas estruturas de linguagem geradas pelo texto de partida a serem – ou que devem ser – preservadas/alteradas em função do efeito de sentido global que se quer produzir no texto de chegada, comparativamente ao texto de partida. É nesse ponto que postulamos poder prestar um bom serviço a semiótica greimasiana, que tem por objetivo examinar e descrever o modo como se produzem o(s) sentido(s) nos textos. Sabemos que ela fornece ferramentas que simulam, elucidando, o processo de geração do sentido e que, essa é a nossa hipótese, podem ser úteis para a manipulação dos conteúdos implicados na tradução entre línguas. Se, tal como observou Bassnett (1980) e Paes (1990), os estudos de metodologia em tradução são escassos, pensamos que a semiótica, por ser uma teoria que nasce em forma de método de investigação do modo como o sentido se realiza em textos, pode se constituir uma boa base teórico-metodológica para pensar a tradução interlingual.

Optamos pela tradução interlingual<sup>1</sup> não só porque este é o campo explorado pelos autores cujas obras adotamos como norteadoras, Bassnett (1980) e Paes (1990), mas especialmente porque os problemas decorrentes da tradução que envolve diferentes linguagens seriam demasiadamente complexos para darmos conta deles nesse estudo. No entanto, cumpre dizer que o resultado da pesquisa por

---

<sup>1</sup> Esta classificação foi cunhada por Jakobson, para um estudo mais aprofundado, recomendamos consultar Jakobson (2007) nas referências.

nós empreendida poderá ser útil a outras modalidades de tradução, tais como as apontadas por Jakobson (2007), intralingual e intersemiótica.

Para constituir nosso exemplário, no capítulo de análise, escolhemos um texto do livro *Oficina de Tradução* (1992), comentado pela própria autora do livro, Rosemary Arrojo e publicado pela editora Ática, por ser um manual de grande circulação e por constituir o acervo dos primeiros contatos que o estudante de tradução tem com a teoria. Neste livro, selecionamos o Poema de Sete Faces, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, traduzido para o inglês por Elizabeth Bishop.

Nosso objetivo geral, como já discorreremos, consiste em mostrar de que modo o percurso gerativo do sentido pode servir como ponto de partida para a constituição de parâmetros e para uma tipologização parental mais segura dos textos envolvidos na tradução.

Propomo-nos a i) discutir criticamente os problemas fundamentais da transposição do sentido na tradução entre línguas; ii) discutir a proficuidade das categorias semióticas para descrição das estruturas que engendram os sentidos dos textos na língua-fonte<sup>2</sup>; iii) averiguar como as categorias semióticas servem para a construção de uma base mais segura para lidar com a multiplicidade dos fatores intervenientes no ato de traduzir.

Somando-se a isso, conjecturamos que i) a carência de um método para a transposição do sentido nas traduções dificulta a consolidação da disciplina da tradução; ii) a metalinguagem articulada pela semiótica compreende níveis distintos de análise semântica e, por conseguinte, permite separar os problemas da tradução por categorias; iii) é possível usar as categorias do percurso gerativo do sentido para uma tipologização dos problemas da tradução; iv) as estruturas de significação na análise tenderão a permanecer invariantes nos níveis fundamental e narrativo, variando majoritariamente no nível discursivo.

Nossa pesquisa também servirá para colocar à prova a eficácia do método semiótico para traduzir conteúdos específicos ou comuns às diferentes línguas. Esta preocupação está em consonância com uma das características da abordagem teórico-metodológica da semiótica, que nos remete ao princípio do

---

<sup>2</sup> No decorrer da dissertação, utilizaremos as seguintes abreviaturas: TP e LP – Texto e Língua de Partida, TC e LC – Texto e Língua de Chegada e expressões sinônimas como texto fonte e texto meta. Não é objetivo de nosso trabalho discutir os juízos semânticos acerca da tradução advindos da nomenclatura.

empirismo, pois entra em cena o teste da exaustividade do modelo, isto é, de sua adequação aos objetos que ele se propõe estudar e descrever.

Porém, o núcleo do trabalho consiste, sobretudo, em aplicarmos o método semiótico para a interpretação do texto, tendo em vista o processo da tradução. Não vamos seguir a orientação de muitos que se voltam para o produto da tradução visando à avaliação qualitativa desta, mas admitimos que os resultados de nossa pesquisa, uma vez organizados em termos de critérios, poderão também ser utilizados com este propósito.

Nosso trabalho está assim organizado: no Capítulo 2, discorreremos acerca dos caminhos percorridos pela teoria da tradução e os autores que se esforçaram em torno do mesmo propósito que o nosso; no Capítulo 3, explanamos as teorias linguísticas e semióticas que serão aplicadas; e, no capítulo 4, exploramos um exemplário a fim de mostrar a utilidade do conceito de percurso gerativo do sentido na teoria e na prática da tradução.



## 2. O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA TRADUÇÃO: DA DIVERSIDADE DOS FATORES QUE INTERFEREM NO ATO DE TRADUZIR

“O homem vive num mundo significante. Para ele, o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, ele se impõe como uma evidência, como um ‘sentimento de compreensão’ absolutamente natural”. (Greimas)

Traduzir, em sua acepção latina, *traducere*, significa “conduzir” ou “fazer passar de um lado para o outro”. Tradicionalmente, os teóricos da tradução interlingual desse modo a definem: “Traduzir é nada mais que isto: fazer passar de uma língua para outra, um texto escrito na primeira delas” (CAMPOS, 1987, p. 7), “É a reformulação de uma mensagem num idioma diferente daquele em que foi concebida” (RÓNAI, 1987, p.16), “Traduzir quer dizer entender o sistema interno de uma língua, a estrutura de um texto dado nessa língua e construir um duplo do sistema textual que, *submetido a uma certa discricção*, possa produzir efeitos análogos no leitor” (ECO, 2011, p.15, grifos do autor). Estas definições possuem algo em comum: elas relacionam o conceito de tradução a um certo princípio de correspondência. Por isso, parece-nos que, embora o termo *fidelidade* pareça ultrapassado no âmbito dos estudos e da prática da tradução, se faz necessário, para os escritos modernos, pensar a partir deste princípio. E este parece ser um traço não descartável do termo *tradução*, pois, se não o considerarmos, o seu significado corre o risco de perder-se. Entretanto, quando dizemos “certo princípio de correspondência” fazemos a mesma ponderação de Eco, “*submetido a uma certa discricção*”, para reconhecer que o tradutor, para ser *fiel* a alguns conteúdos ou ao modo de expressão, certamente necessitará incorrer em infidelidades a outros aspectos do texto: “toda tradução apresenta margens de infidelidade em relação a um núcleo de suposta fidelidade, mas a decisão acerca da posição do núcleo e a amplitude das margens depende dos objetivos que o tradutor se coloca” (ECO, 2011, p. 15). Concordamos com Eco quando, em seu livro *Quase a mesma coisa* (2011), ele defende a tese de que a tradução seja um processo que se dá por uma *negociação* entre as solitudes do texto de partida e os recursos da língua de chegada. Sobre os “objetivos que o tradutor se coloca” ou que lhe são impostos,

dentre outros fatores que intervêm no processo tradutório, iremos retratar inicialmente neste capítulo.

Esta afirmação e esta sutil ressalva de Eco incita uma discussão milenar, originada entre os romanos, em Cícero (46 a.C.) e Horácio (13 a.C.)<sup>3</sup>: a oposição entre traduzir “palavra por palavra” ou conservar os mesmos “pensamentos” entre texto de partida (TP) e texto de chegada (TC), que se tornou conhecida como “tradução literal” ou “livre”. Contanto, Bassnett (2003) em sua obra recente, *Estudos de Tradução*, afirma a questão ter sido “estabelecida entre os romanos e continua a ser uma questão debatida, de uma maneira ou de outra, até o presente” (p. 39). Pensar em tradução “livre” como não condicionada por nenhuma coerção é uma questão apenas aparente se pensarmos no modo como estão estruturadas as diferentes línguas. Portanto, o primeiro fator que se coloca para o tradutor é o do *código linguístico*.

Saussure (2006) é o primeiro a falar sobre a estrutura das línguas da forma como a conhecemos na modernidade. O linguista pensa a língua como constituída entre duas massas amorfas, a saber, a massa amorfa do pensamento e a massa não menos indefinida dos sons. Então, ele compara a língua a um recorte feito numa folha de papel cujo verso e anverso correspondem a cada uma dessas massas amorfas, de modo que as subdivisões do recorte sejam simultâneas em cada uma das faces da folha. E a língua não é mais que isto: estas subdivisões e esse tal recorte.

Todavia, este recorte cria as unidades da língua, nomeadas *signos* e o signo é, portanto, a união de um espaço no meio fônico com uma porção do pensamento.

Segundo nosso ponto de vista, pensar no nível do signo elaborado cria certa ilusão de que haveria, antes da língua, uma ideia preestabelecida e um som igualmente recortado que a língua somente uniria, e as diferentes línguas apenas recobririam ideias preestabelecidas com sons. Conquanto, essa é uma interpretação positivante do signo e não é, portanto, coerente com a nossa acepção de significado. Este meio fônico e esta porção do pensamento são imagem acústica e significação, respectivamente.

---

<sup>3</sup> A reflexão encontra-se nos comentários de Cícero principalmente em “De optimo genere oratorum” e nos comentários de Horácio na “Epistula ad Pisones”.

A significação é a contraparte da imagem acústica e dessa forma se constitui o signo. Na relação inter-signica, um signo constituído é a contraparte dos outros signos da língua. Portanto, a língua seria constituída de signos cuja circunvizinhança limita-se simultaneamente no espaço das massas amorfas. Dessa forma, cada signo é definido negativamente; ele em si ocupa um espaço na língua não ocupado por nenhum outro. O valor de cada signo é definido pela diferença e a língua seria um sistema de valores puros. Os valores que emanam do sistema variam segundo o recorte realizado.

Citemos um exemplo de tradução “livre”, porém, limitada por coerções advindas da estrutura da língua. Em português, uma palavra como “peixe” é singular. Significa “(i) animal cordado, (ii) aquático, (iii) com nadadeiras sustentadas por meio de raios ósseos, (iv) pele geralmente coberta de escamas (...), (v) respira por brânquias, (vi) iguaria” (AURÉLIO, 2010). Em espanhol, conhecemos a palavra “pez” que, em muitos casos comuta com “peixe” na tradução entre estas duas línguas, por compartilharem propriedades de sentido. Porém, ao lado de “pez”, em espanhol, numa mesma “zona” do sentido<sup>4</sup>, existe a palavra “pescado” que significa “(i) peixe servido à mesa ou comestível” (SEÑAS, 2010), e o termo “pez”, “(i) animal vertebrado, (ii) que vive na água, (iii) respira por brânquias, (iv) tem o corpo protegido por escamas”. O tradutor, portanto, que transpõe “peixe” para “pez” em espanhol, inclui traços de especificação na tradução, que não se distinguem na palavra do português, isto é, trata-se somente do peixe *aquático*. Caso o contexto linguístico requisitasse o termo “pescado”, poder-se-ia incorrer, até mesmo, em uma inadequação relevante no TC.

É uma propriedade fundamental do sentido manifestar-se sob forma de significação articulada (COURTÉS; GREIMAS, 2011, p. 457). A palavra isolada possui uma variedade de significados, mas, ao ser realizada em texto, adquire um único sentido. Nida (1964 *apud* BASNETT, 1987, p. 46) elaborou um esquema clássico da palavra “spirit” do inglês, em suas distintas acepções, modificadas apenas nos textos nos quais eram inseridas. Podemos citá-lo aqui como a interferência do *contexto linguístico* que modifica o sentido das palavras e coloca o tradutor sob a égide da decisão.

---

<sup>4</sup> “Zona de sentido” é um conceito usado por Hjelmlev (2009) para indicar um dado espaço no contínuo do sentido sobre o qual se projetaria certo número de designações, de maneira particular, por cada língua. Exemplos são as zonas “dos números” ou “das cores”.

A palavra *espírito* e certos derivados podem ser realizados de algumas maneiras em língua portuguesa: “O *espírito* da campanha continua o mesmo”, “Casa de *espíritos*” ou ainda, “Ele é extremamente *espirituoso!*”. Os significados que a expressão realiza em português, como (i) intenção ou propósito, (ii) fantasmas e (iii) vivacidade ou animação, se manifestam em língua inglesa – “The cheerleader had a team spirit” (A líder de torcida tinha espírito de equipe), “The dead girl's spirit” (O espírito da garota morta) e em “The fans always showed good school spirit by cheerin” (Os fãs sempre mostraram bom espírito juvenil ao torcer/vibrar) – por meio do verbete que se visualiza na superfície como *spirit*, certamente porque o termo *spirit* compartilha mais interseções no significado com o termo *espírito*, do que *alma*, em português, por exemplo.

A interferência deste fator, no caso da tradução interlinguística, certamente demanda do tradutor uma análise cuidadosa, pois exceto as indicações supracitadas de (i) intenção ou propósito, (ii) fantasmas e (iii) vivacidade ou animação, “spirit” pode significar, *a depender do contexto linguístico*, por exemplo, (iv) bebida alcoólica: “*Spirits* are taxed more heavily than beer or wine in many US states” (“Os *destilados* são taxados mais pesadamente do que a cerveja ou o vinho em muitos estados dos EUA”), e, ainda, (v) astral e humor “He was in good *spirits* after having passed the class.” (“Ele estava de bom *humor* depois de passar nas aulas”) para os quais, em português, podem ser utilizadas algumas palavras como as citadas em parênteses.

É válido ressaltar que tais realizações semânticas superam os significados do dicionário, adquirindo significações não esperadas e selecionadas conforme o cotexto e/ou o contexto no qual estejam inseridas. Exemplo disso encontra-se em *O quereres*, canção de Caetano Veloso, da qual selecionamos apenas a primeira estrofe, analisada no livro *A trama poética em Caetano Veloso* (SARAIVA, 2014):

*“Onde queres revólver, sou coqueiro  
E onde queres dinheiro, sou paixão  
Onde queres descanso, sou desejo  
E onde sou só desejo, queres não  
E onde não queres nada, nada falta  
E onde voas bem alto, eu sou o chão*

*E onde pisas o chão, minha alma salta  
E ganha liberdade na amplidão”.*  
(O Quereres, 1984)

Segundo Saraiva, os termos da canção postos em relação de constraste constituem-se “antônimos” contextuais, pois, embora as oposições semânticas nesta estrofe nem sempre sejam detectáveis por seus significados dicionariais, a relação antonímica é gerada pelo contexto e pelo modo simétrico que os elementos se distribuem na matriz sintagmática:

As oposições semânticas, assim geradas, a partir do contexto, e fundadas nas matrizes sintagmática e convencional, apresentam-se em graus diferentes de transparência semântica. Algumas delas são explicáveis em termos dicionariais, levando-se em conta sentidos já institucionalizados. Outras não o são: para dar conta delas, é necessário recorrer ao conhecimento de mundo, ainda não organizado em termos dicionariais, ao conhecimento enciclopédico, que possibilita operar-se com interpretantes de natureza diversa. (2014, p. 118)

Desta maneira, as palavras não antônimas, na previsão do dicionário, ganharam um estado de relação antonímica quando realizadas neste texto em específico. Exemplos destes são: revólver x coqueiro, dinheiro x paixão e descanso *versus* desejo.

Já os pares “desejo x queres não”, “voas bem alto x sou o chão”, “pisas o chão x salta”, estão opostas no sintagma e, ainda que não estejam manifestadas por lexemas simples, o contraste se realiza por expressões que apontam para significados explicitamente opostos, já na previsão do dicionário, poderiam ser sintetizados do seguinte modo: querer x não-querer, alto x baixo, permanecer x mover.

Com efeito, quisemos com este exemplo asseverar que não somente algumas palavras, como “espírito”, se encontram na mesma situação de coerção sintagmática, mas todas as demais palavras. Ressaltamos aqui, como exemplo, a palavra “espírito”, porque nela o fator sintagmático se mostra claro já nos significados dicionarizados.

Decerto, a tradução livre não está isenta de coerções. Se o tradutor é livre para trocar as palavras que estão na superfície do texto, é para encontrar as

relações possíveis ou aproximações, valendo-se das regras e dos meios da LC. Paes (1990), teórico da tradução, não é de outra opinião:

Por estar em jogo uma questão aparentemente terminológica, talvez não fosse despropositado ver nessa transposição (interlinguística) um avatar da tradução dita livre, inapropriadamente, aliás, pois não há liberdade no ato tradutório: o tradutor está sempre limitado pelos parâmetros do texto com que se avêm. (p. 36).

Estes parâmetros são determinados pelo *código* no qual o texto foi escrito e pelo *contexto e/ou cotexto* no qual os significados das palavras se encontram inextricavelmente relacionados.

Se a tradução livre não deve preponderar como estratégia, tampouco o deve a tradução literal, pois esta também se vê envolvida nas malhas dos mesmos problemas lexicais, sintáticos e textuais assinalados por Paes (1990). A ideia de tradução literal remonta à Antiguidade Clássica, porém somente na Idade Média é que ela ganhou uma maior difusão. Com o crescimento do Cristianismo e a conseqüente necessidade de se traduzir o texto bíblico, o literalismo conheceu diversos defensores, movimento conhecido pela célebre frase, de que, nas Escrituras, “inclusive, a ordem das palavras pode conter um mistério divino” (JERÔNIMO *apud* FURLAN, 2001, p. 13).

Porém, nas postulações de Rónai (1981), “na verdade não existe tradução literal”, e exemplifica: a simples saudação “good morning” do inglês deve ser traduzida por “bom dia” e não por “boa manhã”; acrescenta-se ainda a expressão: “te echo de menos”, do espanhol, que pode ser dita por uma só palavra, “saudades”, ou três, “sinto sua falta”, em português, mas não quatro. Insensato seria um tradutor que traduzisse uma expressão idiomática como “estar pez” por “estar peixe”, que não significa absolutamente nada para os falantes de língua portuguesa, e quando, claramente, a primeira expressão queira indicar “não saber nada sobre o assunto”, mais semelhante ao significado gerado pela expressão “estar como peixe fora d’água”, comum em português. Daí resulta que a fidelidade “implica menos aderência às palavras da língua-fonte do que obediência aos usos e às estruturas da língua-alvo” (RÓNAI, 1987), o que ressaltamos de início.

Sapir-Worf (1961) defende que as diferentes línguas criariam distintas realidades perceptíveis para os seus usuários, de maneira que cada língua em si seria um complexo fechado em si mesmo e intransponível. Sapir-Worf (1961) foi feliz

em compreender que uma língua engloba a cultura de uma comunidade, todavia, queremos ressaltar que essa compreensão não inviabiliza a tradução entre línguas, mas coloca a tradução sob a égide da negociação<sup>5</sup>, novamente.

Edward Lopes (2008), em seu livro *Fundamentos da Linguística Contemporânea*, também nos fala sobre este caráter constitutivo da língua em relação à cultura. Explica o autor a existência de dois universos, o universo das coisas naturais e o universo das práticas humanas, que são do domínio da cultura. A cultura compreende tudo aquilo que o homem acrescenta à natureza e é ensinado de uma geração à outra. Desse modo, a cultura pode ser lida como um sistema de signos capaz de ser observada e estudada:

Os mitos e os quadros de pintura, o alfabeto Morse e os sistemas de relação de parentesco, os cardápios e as peças musicais, as modas indumentárias e os processos de adivinhação, as instituições, como o Direito e os jogos desportivos, possuem todos uma série de propriedades específicas que os investe de um papel social: são, todos, *linguagens*, no sentido mais vasto da palavra. (p. 16)

Todas as linguagens, gestual, pictórica, musical, são compreensíveis a partir de uma mesma perspectiva de mundo, como defendido por Sapir-Worf, uma particular modelização do mundo. Como vimos também em Saussure (2006), esta modelização se origina desde o recorte da língua feito sobre a matéria pré-linguística, inapreensíveis antes do aparecimento desta.

Dessa maneira, a língua se constitui no *sistema modelizante primário*, capaz de traduzir, bem ou mal, todos os sistemas sógnicos de outra ordem ou secundários. E a cultura, que é resultado de todos estes sistemas de signos, está contemplada na análise da língua, na medida em que está compreendida como seu princípio formador.

Neste exemplo<sup>6</sup> de *Le cimetière marin* (O cemitério marinho), de Paul Valéry, percebemos a interferência da cultura acarretando problemas para o tradutor:

---

<sup>5</sup> Explicaremos este conceito de negociação mais convenientemente na subseção 3.1 “Negociação e grandezas negociadas” do capítulo três.

<sup>6</sup> Este exemplo foi retirado do livro de Eco, *Quase a mesma coisa* (2011 p. 186), todavia, adaptamo-lo aqui à nossa argumentação.

- TP: [Ce toit tranquille, où marchent des colombes, entre les pins palpite, entre les tombes; Midi le juste y compose de feux, La mer, la mer, toujours recommencée]
- TC: [Esse teto tranquilo, onde andam pombas, freme em tumbas e pinhos, quando tomba pleno o Meio-Dia e cria, abrasado, O mar, o mar, sempre recomeçado!]<sup>7</sup>.

No TP, provavelmente ambientado em Paris, onde os telhados são azuis, recupera-se no último verso do poema, uma metáfora, na qual o teto faz alusão ao mar, e as pombas, às velas dos barcos. Na interpretação da metáfora, o leitor precisa ativar suas experiências e inferências imagéticas, como a do mar azul. Para o leitor de uma tradução em italiano, por exemplo, resulta difícil a comparação, uma vez que os telhados são, majoritariamente, vermelhos. Eco ressalta que é difícil pensar numa tradução que solucionasse o problema sem recorrer a paráfrases ou explicações de rodapé que matariam, por exemplo, o naturalismo e ritmo da poesia (2011, p. 186). Neste sentido, o fator das *distinções experienciais* ou *culturais* é um problema que se coloca para o tradutor.

Rónai (1981) dá abundantes exemplos das diferenças culturais que se refletem num meio que ele denomina “complementar” da linguagem verbal: os sinais de pontuação, as convenções tipográficas, como as cores e símbolos e demais elementos que compõem a paralinguística e a proxêmica em geral. De acordo com nosso ponto de vista, estes são sistemas semióticos secundários originários do sistema modelizante primário, que é a língua. Os pontos de interrogação, exclamação e principalmente as aspas e o travessão, as cores, símbolos, entoação, ritmo, os gestos e comportamentos que os indivíduos adotam quando interagem entre si são utilizados de diversas formas nas diferentes línguas. A utilização inadequada destes meios pode, até, forçar na tradução os parâmetros da língua de partida causando dubiedade de sentido ou a supressão de recursos importantes do texto de partida.

Os sinais de pontuação, por exemplo, podem causar perturbação na leitura e pausas abruptas na fluência do texto, caso o tradutor não atente à padronização que rege a escrita na LP e LC. No espanhol, por exemplo, o sinal de

---

<sup>7</sup> Tradução feita por Jorge Wanderley. Consultar referência na bibliografia.



interrogação e exclamação aparecem no início e no fim das frases. Em português, não há marcação no início da frase, mas somente no fim.

O uso do travessão é característico em ao menos quatro línguas. Em português, ele indica o início e fim de uma fala dentro do texto. Em francês, ele apenas inicia, deixando a falta da marcação de término que faria, por exemplo, que um leitor brasileiro se perdesse durante certo tempo na leitura. Em inglês, o travessão não demarca nenhuma das duas funções, mas apenas uma pausa, e, excepcionalmente, introduz uma frase adventícia. Porém, o caso mais peculiar é o do russo. Neste idioma, o travessão pode substituir o verbo de ligação “ser”, interpondo-se entre sujeito e predicativo como no exemplo, “la totchás potchúvstvoval, tchto etot tcheloviék – Khristós” (“Eu logo senti que esse homem era o Cristo”).

As aspas, em português, possuem funções diversas, dentre elas, cita o autor, a característica forma de assinalarmos uma sugestão ao leitor de que a palavra encerrada entre as aspas apresenta alguma distorção da realidade. Noutras línguas, como a inglesa, as aspas realizam o papel do travessão, contendo as falas das personagens.

Há exemplos que deixam o tradutor muitas vezes em situações nas quais as perdas são inevitáveis. Pode-se citar o caso do alemão, em que os substantivos são *sempre* iniciados por letra maiúscula e tal emprego ainda é o principal ponto de discussão de sua reforma ortográfica. Em assumida tomada de posição, poetas denominados iconoclastas aboliram a padronização ainda vigente e utilizaram somente minúsculas para escrever os substantivos. Entretanto, o sentido propositalmente criado perder-se-ia na tradução para quaisquer outras línguas, pois nenhuma, exceto a alemã, hodiernamente, lança mão de referido recurso.

As perdas se encontram nos diversos níveis. No livro *Sylvie* (2011) de Nerval, citado por Eco (2011), há um capítulo em que a protagonista, Sylvie visita a casa de sua tia, Loisy, uma “chaumière”. Chaumière é uma palavra do francês que indica diversos aspectos visuais: (i) casa de camponeses, (ii) pequena, (iii) em geral de pedra e (iv) de telhado de palha. Em português existem algumas palavras próximas em relação ao sentido de chaumière: 1. Cabana que significa (i) precária e (ii) relativa ao campo 2. Oca (i) cabana, (ii) coberta de palha e (iii) de índios, 3. Casebre, (i) pequena e (ii) em geral, é depreciativo.

Nenhuma das três palavras reúne as propriedades descritas no significado de *chaumière* do francês. Neste caso, portanto, o tradutor não terá outra alternativa senão negociar com o contexto linguístico para escolher que propriedades seriam mais relevantes e quais poderia renunciar, evitando os prejuízos ao máximo. *Oca*, embora reúna um certo número de propriedades comparáveis, decerto, instaura uma configuração figurativa muito peculiar, o traço “pertencente a índios”, que certamente causaria estranheza para o leitor em língua portuguesa no contexto da obra. *Casebre* pode até contemplar o aspecto “humilde” da casa, porém, conjuntamente ganha uma conotação insultuosa.

Poder-se-ia objetar que resta, para o tradutor, a opção de relatar as especificidades da palavra. Dessa maneira, porém, cometem-se os riscos de (i) criar uma espécie de oxímoro, como em “cabana feita de pedras”, compreensível, todavia, possivelmente interpretada como má elaborada e estranha, por parte do leitor, ou ainda, (ii) prolongar o texto, descrevendo demasiadamente os detalhes, o que aumentaria consideravelmente o número de palavras a cada dificuldade encontrada, problemas com a editora, por exemplo, pelo número de páginas, além de prejudicar o ritmo do texto.

Neste momento, nos deparamos com interventores institucionais da tradução: o autor empírico, seus direitos, suas observações, a editora e os critérios previstos por esta. Para compreender tais interventores mencionados por Eco, tradutor e semiólogo, citemos uma observação sua quanto à relevância destes:

Pode-se objetar que estas são, justamente, convenções editoriais, exigências comerciais e que tais critérios nada têm a ver com uma filosofia ou uma semiótica dos vários tipos de tradução. Mas eu me pergunto se tais critérios jurídicos-comerciais são realmente estranhos a um juízo estético ou semiótico. Imagino que quando Michelangelo recebeu o pedido de desenhar a cúpula da basílica de São Pedro a demanda implícita era não apenas que fosse bela, harmônica e grandiosa, mas que *ficasse de pé* (...) Podem ser critérios jurídicos-comerciais, mas não são extra-artísticos, pois a perfeição da função também faz parte do valor de uma obra aplicada. (2011, p. 20)

Concordamos com Eco quanto à importância dos fatores institucionais acima mencionados, até, na medida em que tais fatores interferem no momento de reflexão semiótica e estética, no processo e resultado da tradução; entretanto, se nossa reflexão descesse à especificidade de cada elemento do momento de enunciação, como por exemplo, a função pragmática – o propósito de quem produziu o texto, de quem o encomendou, o estado destes sujeitos empíricos –

estamos cientes de que encontraríamos uma série de fatores com os quais não podemos lidar, sem que antes se preceda à análise uma eleição, nossa, quanto aos textos que traduziriam estes fatores. Destarte, dialogaríamos, na análise, com todos esses outros textos.

Para os objetivos a que se propõem, tais análises são consistentes: diferentes leituras investigam a interdiscursividade, a dimensão pragmática, a perspectiva conversacional, especificamente. Estas, ao especificar a análise em torno destas questões, devem eleger para si próprias o discurso – ou os discursos – que lhe serão pertinentes para análise.

Por partirmos de uma análise do texto para os conteúdos, não discutiremos tais fatores na discussão da transposição que posteriormente faremos, salvo quando forem solicitados pelo texto para sua própria leitura. Incorporamos o conceito de Eco, de *negociação*, porém, reconfiguramos seus constituintes, isto é, as partes postas em negociação.

De acordo com a proposta da semiótica, trataremos dos mecanismos internos que engendram os sentidos dos textos e das relações que lhe subjazem como partes postas em negociação, a fim de que o tradutor, depois de articular os conteúdos passíveis de transposição em estruturas invariantes dos textos, possa negociar com os meios de expressão da língua de chegada as relações equivalentes ou aproximativas. Apontaremos possíveis princípios de metodologia para esta negociação entre sistemas.

Apesar dos problemas intrínsecos à tradução e da disparidade entre teoria e prática nos primeiros anos da tradução, hoje, contamos com autores que esforçaram-se na literatura teórica sobre tradução e na elaboração de métodos para a sua prática. É acerca de alguns trabalhos que iniciaram a elaboração de métodos para a produção e análise da tradução que tratamos no tópico a seguir.

## **2.1. Critérios metodológicos para a tradução**

Bassnett (2003), em seu livro *Estudos de Tradução*, reflete sobre a necessidade da concordância de critérios para os estudos de avaliação da tradução. Exemplifica a autora que apenas um esforço nesta direção poderia ser destacado – até o momento de escritura do presente livro *Estudos de Tradução* – a publicação do *Dictionary for the Analysis of Literary Translation*, de Popovic (1976).

Hoje, contamos com mais contribuições, conforme mencionamos nesta subseção. Recordemos que, segundo a própria autora, a tradição levou muitos tradutores a praticarem um serviço que se adequara à projeção servil que se fazia desta. Iniciou-se a prática de pesquisas sobre tradução em uma única modalidade, que, de longe, supera em produção as demais áreas que desenvolvem a pesquisa sobre tradução: o exercício de avaliação de traduções. Muitos teóricos se viram na responsabilidade de exercer o papel de “guardiões” dos originais para leitores monolíngues acerca dos problemas das traduções e, dessa forma, por muito tempo a avaliação incidiu sobre “o que se perde” na tradução, menosprezando-se os seus ganhos:

Também o debate sobre os produtos da tradução tendeu, com bastante frequência, a manter-se num nível não muito elevado: os estudos proclamam debater a tradução ‘cientificamente’ são, a maior parte das vezes, pouco mais do que juízos de valor idiossincráticos sobre traduções, escolhidas ao acaso, da obra de grandes escritores como Homero, Rilke, Baudelaire ou Shakespeare. Nesses estudos apenas o produto é analisado, o resultado final do processo de tradução, não o próprio processo. (BASSNETT, 2003, p. 21)

O resultado destes fatos históricos é a grande quantidade de trabalhos que incidem sobre os *produtos* da tradução, enquanto pouco se disse sobre o seu *processo*. A incidência sobre o produto é uma prática relevante e necessária, muito embora não deva ocupar único lugar nos estudos de tradução. Este campo, como queremos observar, tem sido vastamente explorado, enquanto outras pesquisas que se poderiam desenvolver no âmbito da tradução são menos investigadas.

Rónai (1981), em *A tradução vivida*, reconhece o valor desse tipo de avaliação e, após enumerar os requisitos do tradutor ideal, considera o resultado destas produções como uma ferramenta eficaz para formação do tradutor:

É, porém, difícil dizer como se consegue esse ingrediente (o bom senso do “tradutor ideal”). Aí é que os nossos cursos de tradução poderiam vir em auxílio de seus alunos pelo comentário e análise de traduções já publicadas, apontando os casos onde a sua falta redundou em prejuízo. (RÓNAI, 1981, p. 29, parênteses nossos)

Na medida em que as descobertas são compartilhadas, tais soluções contribuem para a bagagem do tradutor, que deve estar, certamente, sempre atualizada do máximo de informações acerca das línguas envolvidas na tradução.

Reconhecemos o valor pragmático destas contribuições, mas aqui atentamos para esta lacuna nos estudos de tradução. Enquanto as produções se intensificaram em torno do produto, poucas análises compreenderam o processo da tradução, medida esta manifesta – uma vez que se impõe para os estudos da tradução – tal como o propôs Lefevere<sup>8</sup>, um novo desafio, o de sua sistematização.

Wittgenstein (1975 *apud* PAES, 1990, p. 38), comparando a tradução interlingual a uma operação matemática, asseverava: “Poder-se-ia muito bem formular o problema ‘Como traduzir (isto é, substituir) este jogo de palavras por um jogo de palavras equivalente em outra língua’ problema esse que poderá ser resolvido; não existe, porém, nenhum método sistemático para resolvê-lo”. Alguns trabalhos em tradução se esforçaram em torno desta questão. Eugene A. Nida e Charles R. Taber, assim como nós, demonstram sua preocupação pelo estabelecimento de critérios para o procedimento de tradução.

Em seu livro, *La traducción: teoría y práctica* (1986), Nida e Taber utilizam conceitos da gramática gerativa para formular seu método de tradução, mediante os processos de *retrotransformação* e *transformação*. Os autores partem de princípios linguísticos como os de que cada língua compreende a totalidade da experiência humana de modo diferente. Tais classificações são únicas e, por isto, as línguas constroem, para a comunicação, estruturas complexas distintas. Todavia, qualquer estrutura complexa e superficial pode ser reduzida a núcleos mais básicos de descrição, como no exemplo:

João pregava o batismo de arrependimento para perdão dos pecados.

- a) João pregava X
  - b) João batizava as pessoas
  - c) As pessoas se arrependiam
  - d) Deus perdoa X
  - e) As pessoas pecam
- (NIDA; TABER, 1986, p. 79).

Estas expressões estruturadas são os núcleos básicos. Dito de outra forma, os núcleos básicos são os rudimentos a partir dos quais as línguas constroem as estruturas complexas e superficiais. Este é o processo de transformação. Ele dá origem às estruturas de superfície complexas. A retrotransformação faz justamente o caminho contrário e representa o processo analítico que fizemos.

---

<sup>8</sup> Consultar em referências Basnett (2003).

Por outro lado, não somente uma expressão superficial pode conter vários núcleos básicos, como é mais interessante ainda para os estudos de tradução, que várias estruturas superficiais possam representar – num nível superior – um único núcleo básico, a saber:

1. Ela canta formosamente
2. A formosura de seu canto
3. Seu canto é formoso
4. Seu formoso canto

Apesar das ênfases distintas – relações estas analisadas no nível seguinte – as relações entre os elementos são as mesmas e, por isto, podem elas ser representadas por um único núcleo básico, a saber: *ela canta formosamente*, consoante Nida e Taber (1986, p. 75).

Para os autores, as línguas coincidem mais claramente no nível nuclear e, assim, eles estabeleceram seu método em quatro níveis de análise de retrotransformação de sentenças até que o tradutor disponha de uma exegese exaustiva e, no quinto nível, proceda à reestruturação na língua de chegada, baseado em etapas previamente estabelecidas. Nos próximos parágrafos, exemplificaremos brevemente referido método.

Os autores explicam que todo o universo da experiência humana pode ser dividido em apenas quatro categorias: objeto, evento, abstrato e relação.

Tais categorias não podem ser confundidas com as categorias nome, verbo, adjetivo, preposição e conjunção, pois se opõem a elas. Estas categorias são específicas de uma determinada língua e aquelas subjazem a todas as línguas. São categorias semânticas fundamentais que representam mais abstratamente todas as subcategorias gramaticais das línguas naturais.

No método estabelecido por Nida e Taber (1986), a primeira fase do procedimento de tradução consiste na identificação de cada um dos elementos da frase, segundo o papel que desempenham na proposição, como: *objeto*, *evento*, *abstracto* ou *relacional*. No segundo nível de análise, devem-se explicitar os elementos implícitos das frases que completam o sentido dos núcleos. No caso de nosso exemplo 1, *João pregava o batismo de arrependimento para perdão dos pecados*, dois termos completam semanticamente o sentido da frase e estavam

ocultos: “as pessoas”, que completa semanticamente os termos “arrependimento” e “pecados”; e “Deus” que é sujeito de “perdão”. A terceira fase corresponde à formulação organizada dos núcleos não correlacionados ainda numa estrutura complexa, porém, acrescida dos termos antes implícitos – como fizemos – e depois explicitamos os núcleos, em *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, acima. A quarta fase corresponde à determinação das relações existentes entre os núcleos. Este exame deve considerar não somente os indicadores implícitos de relações, tais como as preposições e conjunções, mas também as relações que se estabelecem por causa da posição dos elementos na frase. Para fins de exemplo, podemos citar algumas relações da frase, o núcleo *c* precede ao *b* no tempo; o núcleo *d* é a finalidade dos núcleos *c* e *b*.

A última fase constitui-se na reestruturação, numa nova *transformação*, agora, na língua de chegada. O tradutor deve utilizar-se dos núcleos básicos para formular estas mesmas relações da maneira mais adequada na língua de chegada. Nesta última, deve-se agregar à formulação da estrutura complexa, além das relações de sentido, as regras estilísticas da LC nos diversos níveis linguísticos.

Em suma, a elaboração do método envolve o achado dos núcleos e explicitação de suas relações, para assim dispor de um esquema claro para reestruturação de uma nova sentença complexa, obediente às regras gramaticais da LC.

A exploração destes mecanismos de *processamento* da tradução – exemplificado, exaustivamente, em duzentas páginas e cuidadosamente esboçados – no entanto, representa a minoria nos estudos de tradução. Observamos que tais elementos de teoria não foram usufruídos suficientemente na pesquisa sobre tradução.

Dessa maneira, fizemos um levantamento entre análises comparativas de traduções no campo teórico da tradução, nas quais se evidenciaram, além da problemática acima mencionada, outras questões discutíveis para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Silva (2011), em seu trabalho *Análisis de la traducción al español de la página web del portal del ministerio brasileño de turismo*, se propõe a analisar a tradução do site traduzido para a língua espanhola em comparação com a sua leitura do site em língua portuguesa. Silva divide sua análise em “Problemas de adequação léxica” e “Problemas de adequação gramatical”. Esta descrição de problemas, no entanto, como prescinde da categorização, se insere no nível mais

concreto do texto, como são as palavras e regras de escrita. Níveis outros, ou mais abstratos, de entendimento do sentido dos textos, tais como: a análise dos temas principais e secundários, a reconstrução dos simulacros de representação das personagens citadas no site e/ou a preservação da sequência cronológica dos acontecimentos do texto original para a tradução, não são contemplados pela investigação.

Esta característica também está presente no estudo comparativo, *Dificuldades e possibilidades de tradução em Las aventuras del sapo Ruperto de Roy Berocay*. Neste estudo comparativo de tradução do português ao espanhol, Araújo (2011) seleciona no *corpus* a tradução de expressões idiomáticas, palavras que são marcas comerciais, que designam espécies endêmicas, termos sem equivalência em português, sufixos e nomes das personagens para sua análise da tradução. Araújo analisa aspectos interessantes, tais como: o uso de sufixos e a escolha do nome das personagens, que são significativas. Porém, fica evidenciada, nas demais escolhas supracitadas, a atenção demasiada ao nível mais superficial do texto e, ademais, a seleção sugerida pelo texto das categorias a serem analisadas.

Galindo (2005), em seu trabalho de dissertação *Aspectos da dinâmica complexa do processo de tradução: análise de uma experiência de tradução literária do espanhol ao português*, analisa quatro traduções do conto cubano “Retrato de una infancia habanaviejera” de Zoé Valdés para o português. Galindo elege palavras e expressões que sugerem conflito na transposição do espanhol para o português e situações que tiveram soluções diferentes por parte dos tradutores. Também são analisados, relatos dos tradutores em diários a respeito de tais dificuldades encontradas.

O processo da tradução, neste trabalho, é visto como uma atividade complexa na medida em que o conhecimento linguístico da LC e LP, o grau de experiência e formação profissional, a particularidade das escolhas, que levam em conta características pessoais dos tradutores, e o recurso à pesquisa são variáveis no processo de *reestruturação*. É válido ressaltar que somente a fase de reestruturação é explorada e não há uma estratificação em níveis de processamento formais da tradução, nem mesmo a fase da interpretação do texto da LP. Sempre preenchida por fatores externos ao processo da tradução em si, a análise parece não persistir se o texto fora analisado por si mesmo.



Mais uma vez, a pesquisa é pontual e se concentra no plano mais concreto do texto. Fazem-se alusões ao tom do texto na língua de partida, do registro modificado na tradução e o fenômeno de hipercorreção recorrente na atividade dos tradutores.

Buscamos também averiguar resenhas críticas de tradução e observar como estes autores analisaram as obras traduzidas, uma vez que estas também se propõem ao objetivo de analisar comparativamente o texto fonte e a tradução.

Cardellino (2007), em sua resenha do livro *Lazarillo de Tormes*, traduzido ao português por Heloísa Costa Milton e Antonio R. Esteves, nos mostra uma interessante reflexão sobre o tom e estilo do texto original mantido no texto da tradução. Também, ao falar de léxico e atualização semântica, dá atenção à estilística do texto original, tais como as rimas e os jogos de palavras, a fim de observar se elas são mantidas ou não na tradução. Esta análise, restrita a tais critérios escolhidos pelos autores, deixa de lado, por exemplo, aspectos relacionados à semântica nos dois textos.

Trierweiller (2001) resenha a tradução de *A galinha degolada e outros contos*, da editora L&PM POCKET, traduzida por Sergio Faraco. Trierweiller faz menção ao tom do texto original, porém logo começa a fazer considerações acerca das palavras que não encontram equivalência em língua portuguesa e expressões arcaicas do texto da tradução, que não fazem parte do uso recorrente do português.

Os trabalhos de avaliações das traduções – exemplificados aqui – adotaram, mormente, critérios diversos para avaliação das traduções, o que transparece não haver concordância nas categorias de análise. Também observamos que a seleção dos critérios se deu na medida em que os textos evidenciavam determinados aspectos difíceis para transposição.

No que concerne à semântica, as análises comparativas mantiveram-se, majoritariamente, em níveis mais concretos do texto. Acreditamos que este modo de análise, porém não esgota a descrição de um texto para compará-lo a sua tradução. Falta uma análise que dê ênfase aos conteúdos transpostos de um texto a outro, e, neste aspecto, nossa pesquisa poderá trazer contribuições para os estudos de tradução.

Os estudos concentraram-se na categorização léxica das línguas analisadas e ao plano da expressão, por exemplo, quando da comparação estilística. Nosso projeto de investigação visa à análise comparativa dos sentidos

transpostos nos textos em diferentes níveis de apreensão deste, e concentra-se no plano do conteúdo dos textos analisados.

Confirmamos também que estas análises se voltaram, de maneira isolada, ora para o texto de partida, ora para a recepção na língua de chegada.

Tendo em vista esta última asserção, uma análise que tente averiguar apenas o resultado da tradução, quer seja em comparação ao texto de partida, quer ao modo como o texto é recebido para os leitores da língua de chegada, estará valorizando sempre o produto. Portanto, embora visem o processo, tal como se prescinde do título “Aspectos da dinâmica complexa do processo de tradução: análise de uma experiência de tradução literária do espanhol ao português” tais estudos, tão inextricavelmente voltados ao resultado, esquecem-se do processo da tradução em si, processo que poder-se-ia desprender-se até mesmo do texto particular, tal como exemplificamos com o simulacro do processo tradutório no método elaborado por Nida e Taber (1986).

## **2.2. Tradução e termos afins: a dissolução das fronteiras**

Neste levantamento teórico, também percorremos a teoria da tradução a fim averiguar o conceito de tradução. Outros problemas se evidenciaram nessa leitura, porém, ressaltamos que, os prolongamentos destas questões são apenas iniciados neste trabalho, e eles possibilitam, destarte, pesquisas posteriores.

Na introdução desta dissertação, exemplificamos brevemente algumas definições de tradução, porém, de maneira muito rápida, para nossas primeiras observações.

Percebemos, entretanto – num estudo mais aprofundado e que apresentaremos nesta subseção – não haver uma consensualidade em relação ao conceito. Percebemos esta constatação numa miscelânea de verbetes que os teóricos utilizaram para definir o termo tradução que é, como veremos, um problema para a teoria. Façamos um relato sucinto a fim de explicitarmos esta observação.

Campos (1986), em seu livro *O que é tradução*, define o termo tradução, por exemplo, a depender de seu estatuto semiótico. Define que o ato de traduzir de uma língua para outra em texto escrito se constitui uma tradução, e que o texto falado é uma interpretação. Para este autor, tradução também é sinônimo de recriação, pois uma tradução não reproduz todas as informações do texto original e

por isto não pode substituí-lo, além disso, sempre se poderia produzir, a partir do mesmo texto original, diversas recriações. Este mesmo conceito de tradução é expresso por Frota (1999), com expressão diferente, se denomina reescritura; para Frota, assim como para Campos, a tradução é uma reescritura porque há muitas diferenças linguísticas e culturais entre o texto original e sua tradução, portanto, a tradução inevitavelmente transforma o texto original.

Para Schleiermacher (1992), se a tradução objetiva se adaptar ao leitor, não é tradução, mas apenas paráfrase ou imitação. Estes mesmos termos, paráfrase e imitação, são expressos por Dryden (1992) com conteúdo diferente. Para este teórico, se o tradutor se propõe a transpor termo a termo um dado texto, há a metafrase; se ele mantém seu foco em não alterar o sentido e não traduz termo a termo, há a paráfrase; e se o tradutor se permite alterar não somente as palavras, mas também o sentido, inclusive podendo abandoná-los e tomar somente as ideias gerais, há a imitação.

Para outros teóricos, a tradução ganha um significado mais abrangente, como para Schulte e Biguenet (1992), Paz (1992) e Jakobson (2007). Para todos estes, a tradução ocorre entre línguas diferentes, mas também no interior de uma mesma língua. Jakobson ainda descreve um terceiro tipo de tradução, que é a tradução intersemiótica, que significa transpor de um sistema semiótico para outro.

No âmbito da prática, a tarefa que compete ao tradutor também cria termos para a teoria. Campos (1986) afirma que uma tradução adequada deveria preservar tanto a equivalência textual quanto a correspondência formal, a primeira relacionando-se ao conteúdo e a segunda com a forma do original. Para Coseriu (1982), compete ao tradutor traduzir uma mesma designação e um mesmo sentido com os meios (ou significados) de outra língua. Sendo designação o “fato” ou o “estado de coisas” para o qual determinado significado na língua original aponta, e o sentido o conteúdo global manifestado por um texto.

Outros teóricos definem tradução de forma extremamente geral. Wyler (1999) a chama de interação verbal, pois está sempre relacionada às condições do lugar para o qual é produzida. Ladamir (1979) considera a tradução como qualquer forma de mediação linguística que permita a transmissão de informações entre locutores de língua diferente.

Notemos que, se um estudioso da tradução se detivesse em Campos (1986) e Frota (1999), poderia concluir que tradicionalmente o termo tradução

deveria referir-se a textos traduzidos entre línguas diferentes, mas ao deparar-se com teóricos como Schulte e Biguenet (1992) e Paz (1992) notaria que isto não é um consenso. Se ele pensasse nas teorizações destes autores entre si, perceberia que Campos e Frota usam dois termos – o de recriação e o de reescritura – para tratar do mesmo motivo pelo qual a tradução nunca é idêntica e, neste caso, porque o uso de dois termos?

Naqueles teóricos que fragmentam o termo tradução, multiplicando os termos que só podem ser identificados como metafrase, paráfrase ou imitação, para Dryden (1992), e paráfrase ou imitação, para Schleiermacher (1992), além de não coincidirem entre si, instaurando o mesmo problema de Campos (1986) e Frota (1999), em Schleiermacher estes termos se definem de forma muito geral para ser precisa. Do mesmo modo, as definições apresentadas por Wyler e Ladmiral não conferem uma pista uma para o estudioso homologar se um texto é ou não uma tradução ou para o próprio tradutor em sua prática, sem que estes tenham que utilizar-se do recurso de basear-se “neste ou naquele autor”.

Agora vejamos. Se não há uma resolução teórica do termo tradução para os seus próprios teóricos, pensamos que este fenômeno se refletirá na prática dos tradutores e naquilo que o mercado editorial classificará como “tradução” de um texto.

Nossa análise poderia, ainda, colaborar, na tarefa secundária de fornecer pré-condições importantes para elucidação deste problema de delimitação conceitual, como uma metalinguagem adequada para descrição e avaliação dos textos. A pesquisa proporciona, portanto, uma ideia para trabalhos posteriores que estudem, de maneira mais aprofundada, o conceito de tradução com o auxílio da ferramenta semiótica.

No capítulo seguinte, passamos a expor e discutir questões relacionadas às dimensões hjelmslevianas da forma e da substância para defender a existência de uma dupla atividade no processo da tradução.

### 3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA LINGUÍSTICA E DA SEMIÓTICA PARA A TRADUÇÃO

“O sentido, enquanto forma do sentido, pode ser definido então como a possibilidade de transformação do sentido”. (Greimas)

#### 3.1. Negociação e grandezas negociadas

A partir do momento em que se aceita que não se pode ter total equivalência entre textos em línguas diferentes, torna-se possível falar em grandezas negociadas. Apesar de Humbolt, seguido pelos neo-humboltianos, dentre os quais destacam-se Sapir-Worf (1961), na linguística, e numerosos nomes da literatura, tais como Octavio Paz e Manuel Bandeira, que advogaram a impossibilidade da tradução, aqueles da tradução em geral e estes especificamente da tradução da poesia, autores da linguística escreveram em favor de sua possibilidade, tais como citaremos aqui, Hjelmslev e Jakobson.

Hjelmslev, em seu livro *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2009), ao falar sobre o princípio de estrutura, diz que se procedêssemos a uma abstração das diferentes línguas e buscássemos nelas um fator comum, encontraríamos uma grandeza que se define por uma função. Este algo comum é executado de diferentes formas pelas línguas. Para fins de explicação, observemos as frases de nossa autoria:

*“Eu gosto de você”*

*“A mí me gustas tú” e*

*“I like you”*

Na frase em português, três unidades aparecem: o sujeito “eu”, é a primeira palavra; seguida pelo verbo “gostar” regido de preposição “de” e “você”, objeto direto do verbo “gostar”.

Em espanhol, temos já cinco unidades: “mí”, partícula de ênfase e pronome complemento tônico obrigatoriamente acompanhado pela preposição “a”, “me”, complemento indireto exigido pelo verbo (diferentemente do português, em

que o verbo “gostar” não exige pronome), o verbo, “gustas” e, somente, por último, o sujeito, “tú”.

Em inglês, de modo mais simples do que no português, o verbo não exige preposição e a mensagem está enformada em apenas três unidades: sujeito, “I”, verbo, “like” e objeto “you”.

Apesar das diferenças, as frases possuem em comum, um mesmo sentido. Dessa maneira, Hjelmslev conclui que o sentido “assume uma forma de modo diferente em cada língua”.

Quando manifestado, o sentido torna-se substância, produto do princípio de estrutura da língua, isto é, do recorte específico projetado sobre a matéria indefinida do pensamento. E este não possui outro modo de existência senão o de ser substância de uma forma.

Além disso, levantando a hipótese de um sentido comum e transcendente, a análise faz emergir dois níveis no plano do conteúdo. A forma, que contempla os diferentes modos por meio dos quais o sentido comum se manifesta, e a substância, que é o nome dado aos espaços particulares delimitados por cada língua específica no contínuo do sentido.

Observando que não somente a organização dos sintagmas e os paradigmas se manifestam diferentemente, os sons que se convencionaram para o revestimento dos grafemas e os conjuntos de fonemas das diferentes línguas também se constituíam em substância e forma, podia-se, então, pensar numa espécie de “sentido da expressão”, por causa do paralelismo entre os processos entre plano do conteúdo e plano da expressão.

O modo como concebemos o sentido se refletirá diretamente naquilo que concluiremos acerca da tradução. Segundo este ponto de vista, se nós nos ativéssemos estritamente à forma do plano do conteúdo, chegaríamos à conclusão de que seria impossível uma tradução entre línguas, por outro lado, se pensarmos o sentido como este fator comum e transcendente que está acima do princípio de estrutura, então dispomos de amparo epistemológico, o sentido comum seria a “matéria” que torna possível a tradução.

Poder-se-ia objetar, todavia, como poderíamos nos valer tão somente deste fator comum, uma vez que, enquanto não enformado, tal grandeza é apenas matéria pré-linguística e por isto, inacessível. Decerto, não é possível valer-se tão somente dela, antes de tal formação. Para explicar de que modo podemos

utilizarmo-nos dele, vejamos este exemplo, retirado do *Prolegômenos* e aqui adequado à nossa argumentação.

Como já foi dito, a projeção das formas sobre a matéria pré-linguística são singulares. Todavia, observemos que certo número de unidades numa língua, em conjunto, e outro conjunto de unidades noutra língua comumente projetam-se simultaneamente sobre a mesma *zona* na matéria pré-linguística como, por exemplo, poderíamos citar o conjunto de unidades que em português e galês representam o espectro das cores para estas comunidades:

Figura 1 – Simulação das zonas de sentido

<i>verde</i>	<i>gwyrd</i>
<i>azul</i>	<i>glas</i>
<i>cinza</i>	
<i>marrom</i>	<i>llwyd</i>

Fonte: Hjelmslev, 2009, p. 58

Desse modo, constituem-se zonas de sentido que podem ser comparáveis, na medida em que as substâncias geradas pelas diferentes línguas se interseccionem e abranjam determinados fenômenos em comum.

Se observarmos o diagrama, poderemos inferir, mais uma vez, que ambas as línguas, com as devidas ressalvas que faremos a seguir, contemplam os *mesmos fenômenos*, embora sob perspectivas distintas. Um exemplo: não se pode admitir que o falante de galês, por exemplo, não abranja e constate o fenômeno que se denomina “azul” para nós, pois é perceptível que para ele tal fenômeno está contemplado em “glas”, embora não com a exata precisão que se apresenta para nós, pois não há sinonímia absoluta entre línguas; as formas do conteúdo de uma língua dada não podem ser traduzidas para uma outra língua, somente a substância do conteúdo é passível de tradução. No entanto, se a substância do conteúdo, entendida como efeito de sentido, é gerada a partir de formas diferentes, o sentido do texto escrito em uma língua particular nunca será completamente traduzido em

outra língua, e isto é um paradoxo. Todavia, para nós, importa-nos mais a sinonímia relativa, que a sinonímia absoluta.

Pela visualização do diagrama, podemos ver que o tradutor dispõe de meios e parâmetros na língua de chegada para atuar na transposição da experiência de “azul” para o falante de galês. O falante de galês não está desprovido da experiência do verde, embora a perceba na junção de “gwyrd” e “glas”. Jakobson (2007), a exemplo disso, nos fala sobre recorrermos a circunlóquios. Cabe então ao tradutor realizar essa manobra de explicação com o fim de ser o mais relevante possível dentro do texto no qual ocorra “azul”. Caso necessite optar por uma das duas unidades, mais uma vez retornamos ao conceito de negociação, pois ele procederá à escolha por aquela que possua mais propriedades relevantes para o texto, a fim de que se perca menor quantidade de propriedades possíveis.

Jakobson (2007), citado anteriormente, em *Aspectos Linguísticos da Tradução*, nos fala da possibilidade de tradução, ao partir de exemplos que fazem concluir que o significado seja, definitivamente, um ato semiótico. Jakobson reitera este pensamento dizendo que uma unidade sempre poderia ser compensada por uma combinação de unidades noutra língua, uma vez que não se traduzem palavras, mas mensagens de uma língua à outra:

Toda experiência cognitiva pode ser traduzida em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calços, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios”. (JAKOBSON, 2007, p. 40).

Outros exemplos poderiam ser dados na tradução de efeitos de linguagem, sintaxe e léxico, porém deixaremos a maior parte da análise para o capítulo quatro.

O projeto de Jakobson inspirou diversos linguistas a estudar a possibilidade da tradução e a desmistificar conceitos como o de “inefabilidade da poesia” de Pe. Bremond ou ao que denomina Paes (1990), de “nomeação absoluta”.

Em seu livro *Tradução: a ponte necessária aspectos e problemas da arte de traduzir*, Paes (1990), tomando o exemplo do romance *A rebours* de J.K. Huysmans, explica a nomeação absoluta com a qual, segundo ele, sonham os poetas; nela:



As palavras escolhidas seriam de tal modo impermutáveis que supririam todas as outras; o adjetivo se aplicaria de maneira tão engenhosa e definitiva que não poderia ser legitimamente destituído do seu lugar, abriria perspectivas tais que o leitor ficaria a sonhar semanas inteiras com seu sentido, a um só tempo preciso e múltiplo. (p. 35)

A nomeação absoluta aponta para a impossibilidade de tradução e, com efeito, o discurso é irrepetível, no entanto, para a tradução, concordamos com a asserção de Paes (1990 p. 35): “importa mais a nomeação aproximativa que a absoluta” e os estudos linguísticos e semióticos pós-jakobsonianos vão ao nosso encontro. Neste breve capítulo do livro que Jakobson dedicou à tradução, o linguista iniciou a ideia de que, na tradução interlingual, mensagens equivalentes e não unidades, são transpostas para códigos diferentes. Dessa forma, os tradutores poderiam manter sua atenção ao efeito de sentido geral gerado por determinadas estruturas, e não aos significados múltiplos que determinada unidade possui em sua língua de origem. Na prosa, a cada dificuldade encontrada, poder-se-ia sempre recorrer a circunlóquios, empréstimos, calços, neologismos e transferências semânticas na tradução. Na poesia, somente se fazia possível a “transposição criativa”, que Jakobson apenas define como “transposição interlingual de uma forma poética à outra”.

Tal maneira de enxergar a tradução deu início a um movimento de grande contribuição para os estudos de tradução (PAES, 1990, p. 37), no qual os estudiosos deram os seus primeiros passos para enxergar a mensagem ou um determinado efeito, como a poeticidade de um texto, de maneira menos mística e, como aponta Paes, como uma mensagem ou efeito que se obtém, por fim, em função de uma *organização linguística*.

Paes explica que o que no texto se gera são operadores poéticos: a rima, o metro, o epíteto anormal, a elipse, a metáfora são exemplos desses. De um modo geral, eles alteram o andamento linear do discurso, obrigando o leitor a voltar-se para o texto a fim de recuperar o seu significado. No texto poético, especificamente, o autor cria uma organização que desvirtua o andamento normal do sentido com o objetivo de “forçar a atenção do leitor a demorar-se no signo linguístico em si, na sua homologia de som ou de forma com o conceito que exprime” (p. 37).

O acoplamento é um exemplo de geração de poesia, ou melhor, de efeito de poeticidade, explicado por meio de uma organização linguística. Samuel Levin (1975 *apud* PAES, 1990, p. 38) explica que os acoplamentos mais operantes são a

rima e a anáfora. Cada uma exemplifica um tipo de acoplamento. Na rima, há uma repetição da sonoridade, em versos diferentes de um poema, na mesma posição em cada um dos versos. Na anáfora, repete-se o significado da palavra ou da frase em versos sucessivos. Em todas estas há a operação poética que citamos aqui, o desvio ocorre na direção normal da leitura, da horizontalidade para a verticalidade, a fim de que venham à tona as relações entre os elementos acoplados. Uma análise entre TP e TC, de acordo com esse princípio de negociação, mostraria se no TC foram reproduzidos os mesmos efeitos, embora com meios distintos, os recursos da língua de chegada.

Se a hipótese do sentido comum e transcendente que subjaz às diferentes línguas não satisfaz o leitor acerca dessa possibilidade e que nosso conhecimento acerca da estrutura da língua nos faça enxergar a impossibilidade da tradução *perfeita*, a sua impossibilidade tampouco está comprovada, pelo contrário, a experiência prática da tradução, mais uma vez, nos informa que a tradução é possível. Nas palavras de Eco, “talvez a teoria aspire a uma pureza da qual a experiência pode abrir mão” (2011, p. 16) e de Paes “ela (a prática tradutória) satisfaz as leis gerais da experiência” (1990, p. 62, parênteses nossos).

Os produtos da tradução expressam sua fidelidade ao texto fonte, antes, por uma gradação, que por termos contrários como *possível* ou *impossível*. Quer seja poesia, quer prosa, nos encontramos com o paradoxo da tradução: embora muitos teóricos tenham constatado sua impossibilidade, traduções continuam sendo feitas, lidas e reconhecidas por sua forte relação com o texto original. Há milênios se traduz e o exercício da tradução é de tal modo operante que não se pode ignorá-lo. As traduções alimentam o mundo acadêmico e são diretamente responsáveis pela divulgação do conhecimento entre os diferentes povos, inclusive, do que se discute, hoje, na pesquisa sobre tradução.

### **3.1.1. Forma e substância na tradução**

Segundo o dicionário de Semiótica (GREIMAS; COURTÉS, 2011 p. 459), o termo significação compreende a *produção de sentido*, quer na apreensão das relações internas do texto, para *interpretação*, quer na transposição do sentido, para a *elaboração*. Ela designa, portanto, a assimilação e a produção das relações

internas do texto. Esta acepção genérica da significação a opõe à designação do termo *sentido*, pois ele *precede* à produção semiótica.

Esta acepção do sentido como dotado de uma existência independente e *ad quo* à produção semiótica foi iniciada por Hjelmslev (2009), quando, a fim de evitar qualquer postulado *a priori*, procede à experiência, que retomaremos aqui, na qual ele explica que se subtraíssemos o princípio de estrutura das diferentes línguas, encontraríamos uma mesma direção, a qual ele nomeou sentido. Este, embora comum, se apresentava de um modo diferente em cada uma das línguas, graças às grandezas a que ele designou “formas”. As formas das línguas não somente manifestavam o sentido de um modo visualmente diferente, mas concediam valores semânticos e ênfases distintas aos termos, reposicionando centros e periferias. O *conteúdo* gerado, agora linguístico, posto que articulado numa forma específica, já não era o sentido, mas uma *substância* gerada pela especificidade da forma.

Ele observou, por conseguinte, que o sentido permitia-se filtrar pela função semiótica que operava em cada língua para a produção de textos. Deste modo, o texto, se analiticamente observado, poderia ser dividido, minimamente, num pequeníssimo número de partes: uma parte externa, visível, e uma parte interna, invisível, gerada a partir desta parte externa. A estes dois extremos gerados pela função semiótica, designou-as *expressão* e *conteúdo* do texto, que são fúntivos solidários e que pressupõe-se entre si.

Entretanto, estes dois planos poderiam ser, novamente, subdivididos, pois cada uma das partes – expressão e conteúdo – da função semiótica, gerava também, cada uma, uma forma e uma substância. Logo, teríamos uma *forma* e uma *substância* do conteúdo e uma *forma* e uma *substância* da expressão. Dessa forma, percebeu-se uma sutileza do sentido: enquanto ele era comum às diferentes línguas, a substância, porém era específica a cada língua, embora houvesse sido gerada a partir dele.

Esta sutileza também se percebe nas teorias da tradução. Embora os teóricos modernos apontem para a impossibilidade da tradução perfeita, traduções continuam sendo feitas, lidas e reconhecidas por sua forte relação com o texto original. O paradoxo se percebe na notoriedade de trabalhos que discutem a questão da possibilidade ou impossibilidade da tradução.

O estudo elaborado por Hjelmslev entre forma e substância, porém pode fornecer contribuições importantes para a tradução, e a compreensão desta simples dualidade simplificaria o número de trabalhos em torno da possibilidade ou impossibilidade da tradução: há um sentido que une as diferentes línguas e que possibilita a tradução. Por outro lado, as substâncias geradas nunca serão as mesmas, uma vez que se enformam de acordo com os parâmetros, limites e coerções de uma língua específica.

O que se faz relevante neste paradoxo, no entanto, é que todas as línguas disporiam de parâmetros para traduzirem-se umas nas outras como explicamos no capítulo anterior, citando o conceito de Paes (1990)<sup>9</sup>, de nomeação aproximativa.

Coseriu (1979), em seu livro *Teoria da linguagem e linguística geral*, elabora uma crítica, considerada por muitos linguistas, consistente, à oposição forma e substância de Louis Hjelmslev. Sua crítica se expressa diretamente na aplicação do método nos sons da linguagem, procedimento por meio do qual se elaborou a distinção, em linguística, entre fonética e fonologia. Coseriu pondera argumentos discutíveis, embora um tanto quanto extremos, acerca das dificuldades encontradas na relação entre fonética e fonologia. Para ele, tais dificuldades deveriam ser corrigidas desde o método empregado: “o problema fundamental da fonologia [...] implica uma atitude em face da separação hjelmsleviana entre “forma” e “substância”” (COSERIU, 1979, p. 130). Seu objetivo inclui averiguar até que ponto a divisão entre “forma” e “substância” são sustentáveis do ponto de vista prático e, propor algumas questões que, para ele, não encontrariam respostas em Hjelmslev, tais como o método que adota o ponto de vista formal, a exclusão da “substância” na análise e a consequente forma de definição dos elementos da língua. Contudo, antes, colocando-se no próprio terreno da glossemática e sem abandonar a lógica própria de orientação estruturalista (COSERIU, 1979, p.131).

Desde o início de sua argumentação, a crítica de Coseriu incide sobre dois pontos fundamentais: primeiro, ele defende a ideia de que não há, no *Prolegômenos* (2009), uma definição inteiramente clara e definida a respeito do conceito de substância:

---

<sup>9</sup> Os exemplos que demos encontram-se na subseção 3.1 “Negociação e grandezas negociadas”.

As dificuldades ocorrem, em primeiro lugar, porque no próprio Hjelmslev não se registra um conceito único e inequívoco de “substância”. Por um lado, afirma-se que a “substância” é algo em si incognoscível, que “existe só por ser substância numa forma”, e, por outra, define-se a “substância” como “o variável” numa manifestação. (COSERIU, 1979, p. 138)

Além de referir-se à substância como a matéria não enformada e, em segundo lugar, àquilo que não é constante, isto é, que a substância se manifestaria de modo particular em relação à estrutura, ainda, noutros momentos, Coseriu, respaldado em Bloomfield (1933 *apud* COSERIU, 1979), explica que a substância, em Hjelmslev, ora se define como técnica articulatória da linguagem, ora como sinônimo de “significado”:

Em certos pontos, parece que por “substância” entende-se o material da linguagem (e talvez também o concreto em geral, a “técnica da realização”) e por “forma”, as categorias gramaticais; de fato, opõe-se a gramática, como teoria da forma, à teoria dos sons. Mas em outros pontos parece que se opõe “forma” a “significado”. (COSERIU, 1979, p. 132).

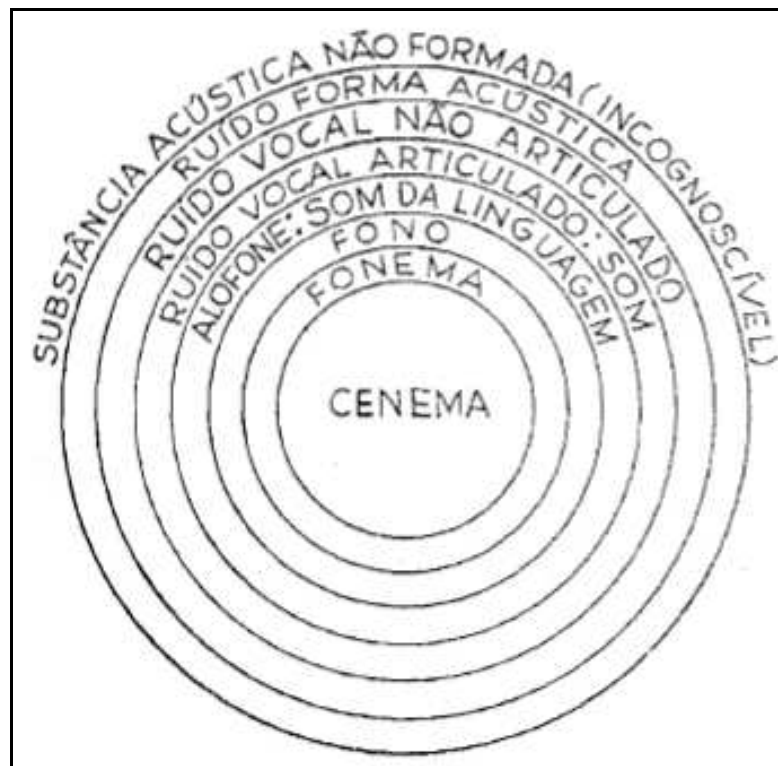
Dessa forma, estariam presentes nos escritos hjelmslevianos, pelo menos, quatro definições de substância. Em segundo, Coseriu considera que, na análise glossemática, seja ignorada a substância e este posicionamento implicaria um problema na identidade e definição dos elementos da língua. Sua crítica recai, sobretudo, não inteiramente na identificação dos elementos – pois admite que a comprovação duma diferença implique a comprovação duma identidade – porém, na definição desses, uma vez que a definição inclui necessariamente que se diga algo que interprete o elemento por si e não somente que se registre um grupo ao qual as unidades pertençam, ou ainda que se sinalize sua posição em relação a outros elementos (COSERIU, 1979, p. 143). Uma das críticas que Coseriu faz, especificamente à definição das consoantes, expressa seu juízo acerca da forma de definição hjelmsleviana:

Assim, por exemplo, não se definem as consoantes, mas indica-se a sua distribuição, e, em seguida, em vez de dizer que as consoantes se encontram - na língua estudada - em tal ou qual posição, diz-se que as unidades que se encontram em tal ou qual posição são consoantes (COSERIU, 1979, p. 143).

A ilustração principal de seus argumentos, porém, Coseriu a desenvolve por meio de um esquema analítico que simula uma progressão, que vai desde a

matéria incognoscível, passando por diversas formalizações sucessivas até o cenema, sua apreensão no que se denominaria a “forma pura”, “exaurida” de substância. Coseriu organiza, dessa forma, as unidades da expressão, de maneira gradativa<sup>10</sup>:

Figura 2 – Esquema analítico que simula a progressão da substância acústica não formada ao cenema



Fonte: Coseriu, 1979, p. 139.

Ora, se seguirmos a orientação hjelmsleviana relacionada os isomorfismo dos dois planos da linguagem pelo qual o modelo de descrição da expressão deve também servir para o conteúdo, vale acompanhar o linguista romeno no seu raciocínio. Por meio da explanação no diagrama, Coseriu irá indagar: uma vez que cada um dos níveis do diagrama podem ser “forma” e “substância”, pois se definem relativamente, “quais destas substâncias quer Hjelmslev que se ignorem na linguística?” (p.139). A segunda pergunta que nos coloca, após questionar o modo de definição dos elementos, é: “mas o que é aquilo cuja posição se estabelece no

<sup>10</sup> Cumpre assinalar que, embora se aplique ao plano da expressão, o raciocínio de Coseriu vale também para o plano do conteúdo devido ao princípio do isomorfismo entre os dois planos da linguagem defendido por Hjelmslev (2009).

sistema? Ou melhor, no que é que se torna depois de ter sua posição estabelecida?” (COSERIU, 1979, p.140).

Com relação à primeira pergunta, o autor da resenha responde que a solução primeira seria a “substância não formada”, porém que a resposta que interpretaria adequadamente o diagrama diria: “todas, inclusive, o cenema” (p. 139). Ora, para nós, na própria formulação da pergunta, destaca-se um princípio fundamental do pensamento hjelmsleviano.

Sendo “forma” e “substância” dois funtivos de uma função, em relação recíproca e solidária, estes não figuram senão correlativamente. Se o postulado de simultaneidade entre os funtivos é admitida, então a substância nunca esteve fora da análise, pois não seria possível. Então, a resposta seria: “nenhuma”, pois não existe análise sem substância, tampouco “substância” sem “forma”.

Nossa maior resistência à interpretação que Coseriu faz ao método de Hjelmslev, porém, é que ele tenha buscado definir os funtivos “forma” e “substância”. Coseriu diz que se poderia aceitar que um objeto existisse apenas como uma intersecção entre posições, porém que esta compreensão não torna este mesmo objeto mais “cognoscível” (COSERIU, 1979, p.140). Em seguida, ele faz a pergunta anteriormente citada: “Mas o que é aquilo cuja posição se estabelece no sistema? Ou melhor, no que é que se torna depois de ter sua posição estabelecida?” (COSERIU, 1979, p.140). Ora, respondemos, consoante a interpretação que fazemos do método: consoantes, vogais, fonemas, traços distintivos, grafemas, a sílaba etc, ou, noutras palavras, aquilo que convier ao analista e que não contradiga o princípio de que o valor nasce das relações.

Queremos crer que, no raciocínio hjelmsleviano, forma e substância decorrem das relações que definem, no seu conjunto, algoritmos, isto é, decorrem das funções, que são o *núcleo conceptual da teoria hjelmsleviana*. “Tampouco a forma é objetiva, simplesmente porque os objetos não existem [há que inferir, de fato, que não existem sequer objetos formais]. Não existem formas e substâncias, apenas funções, intersecções de dependências” (COSERIU, 1979, p.140).

Logo, Hjelmslev não criou nomenclaturas, mas, antes, operações de análise. Quando Coseriu faz a pergunta, materializa tanto a substância quanto a forma, pois se empenha por conferir-lhes uma definição. Definição esta que Hjelmslev quis, a todo custo, evitar; pois, de outro modo, o mecanismo não funcionaria – em abstrato – como ferramenta capaz de manipular os elementos da

manifestação, e seriam, forma e substância, quaisquer elementos de mesma natureza dos elementos que analisaria, pertencentes ao plano da manifestação.

Citemos um exemplo a fim de explicar nosso posicionamento acerca da “substância”. Num exemplo da classificação de fonemas, Coseriu explica que determinados sons, tais como a forma implosiva e oclusiva de /b/, que se considerariam, consensualmente, como alofones de um mesmo fonema, em certos contextos e, a depender da pronúncia escolhida, a comutação dos dois sons poderia resultar numa incompreensão de significado por parte do ouvinte. É o caso da palavra *banc*, por exemplo, quando este [b] fosse pronunciado em sua forma implosiva.

Um outro caso citado no texto é o do grafema “s”, por exemplo, em *casa* e *pasto*, na pronúncia do espanhol rio-platense. Nestes dois vocábulos, apesar de os sons do grafema “s” haverem sido considerados alofones de um mesmo fonema, a pronúncia do “s” em *pasto* se assemelhava mais ao fonema /x/ que ao /s/. Isto é, estas realizações de sons muito alteradas pelo entorno fônico se assemelhavam mais a outros fonemas que ao que lhe era consensualmente atribuído. Para desmistificação do problema, seria necessário recorrer à “identificação pela substância”, tal como argumenta Coseriu (1979, p. 141).

Porém, perguntamo-nos, até que ponto estamos lidando com a “substância”? Afinal o que é o entorno? Parece-nos evidente que a concepção do entorno implica a figura de um observador; nós estaríamos perspectivando, novamente, a partir de um ponto de vista formal e estaríamos apenas em um novo nível de descrição da substância, sem lidarmos, em efeito, com ela.

A descrição do entorno é, claramente, apenas um nível de análise mais enriquecido de detalhes, por ser mais próximo da matéria. E a compreensão da substância, *gerida* pelo ponto de vista formal, segue nesta dinâmica ininterrupta: para cada elemento encontrado se exigirá uma mínima formalização, a fim de que o sentido se torne compreensível ao intelecto.

Como se problematiza no diagrama de Coseriu, o sentido, portanto, não se apresenta a nós com única forma e uma substância, mas se processa por sucessivas formalizações ordenadas. Seu diagrama, com efeito, evidencia a complexidade que o processo de significação engloba, e a tradução, como veremos na subseção 3.3 “O conceito de tradução na semiótica”, é uma atividade ainda mais complexa, uma vez que se dá justamente entre dois processos de significação, o do



texto de partida e o de chegada (e suas línguas), envolvendo os dois planos da linguagem e níveis de formalização diversos.

Por isto, o plano crescente que vai desde o estrato mais simples, da forma pura, ao mais complexo, da substância acústica não formada e incognoscível, acrescido de todos os exemplos que Coseriu nos dá acerca da manifestação do sentido no plano da expressão, são oportunos para a nossa discussão acerca do sentido no plano do conteúdo, uma vez que estas duas grandezas que contraem a função semiótica “se comportam de modo homogêneo em relação a ela” (HJELMSLEV, 2009, p.61).

Creemos que as dificuldades críticas no plano da expressão foram, salvo os desvios de interpretação acima mencionados, consistentemente observadas neste trabalho de Coseriu. Para o plano do conteúdo, reserva-se a mesma complexidade explicitada por Coseriu e que discutiremos na subseção a seguir tomando por base a teoria semiótica desenvolvida por Algirdas Julien Greimas nos livros inaugurais da semiótica discursiva, *Sobre o Sentido I* (1973) e *Semântica Estrutural* (1975), nos capítulos concernentes a suas reflexões sobre o problema do sentido.

### **3.2. A apreensão do sentido via significação**

Como vimos, este sentido, ao mesmo tempo, multiforme e onipresente (GREIMAS, 1973, p.12), nunca se permite alcançar absolutamente; *gerido* pela forma, é apenas na sua transposição em objetos que se dá o seu modo de existência: “o sentido é apenas esta possibilidade de *transcodificação*” (GREIMAS, 1975, p.13).

Evidentemente, esta definição restrita do sentido não compreende tudo que o sentido é; ela é apenas uma constatação sensata e uma confissão de impotência.

O sentido está na base das diferentes teorias do conhecimento e em todas as categorias axiomáticas com as quais se constroem as linguagens formais (1975, p. 10). Para o estudioso de semiótica, a questão *filosófica* do sentido não se coloca, pois “a voz de um estudioso de semiótica se arrisca a ter pouco alcance dentro deste concerto epistemológico. Será esta uma razão suficiente para deixar a outros a tarefa de definir a semântica” (GREIMAS, 1975, p.10), não se trata de

fundar uma semântica; parafraseando Beividas (2015, p. 192), apenas dizemos: há o sentido, ponto; ainda que o problema do sentido permaneça.

Em seu livro *Sobre o Sentido I* (1975), Greimas discute o problema do sentido. Desde que compreendamos o princípio da arbitrariedade do signo, toda interrogação que fizéssemos a respeito do sentido é metalinguística: ‘num universo “branco” em que a linguagem fosse pura denotação das coisas e dos gestos, não seria possível interrogar-se sobre o sentido: toda interrogação é metalinguística’ (p. 12). O que é a definição de uma entrada no dicionário, senão uma série ordenada de outros lexemas contidos no mesmo? Toda linguagem que fale sobre o sentido é significante e substantivante, isto explica-nos, didaticamente, o mestre lituano:

Nossa inevitável inserção no universo fechado do discurso que faz com que, a partir do momento em que se abre a boca e se começa a falar de relações, estas se transformem como que por encanto em substantivos, ou seja, em termos cujo sentido deve-se negar postulando novas relações, e assim por diante. (1975, p. 8)

Esta propriedade circular, interminável do repasse do sentido de uma palavra a outras palavras, se constitui no único modo de existência dele para nós. Peirce (1946 *apud* JAKOBSON, 2007), igualmente, nos dá uma definição incisiva acerca desta propriedade metalinguística do significado: ‘o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo “no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo” (p. 42).

Queremos com isto dizer que não dispomos, portanto, de uma linguagem sem sentido para falar do sentido. Este seria o ideal da linguagem lógica. Poderíamos, recorrendo a Saussure, mapear o significado dando ao signo um conceito de sentido negativo; que ele fosse interpretado por ser a “contraparte dos outros signos da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 133), ou seja, que seu sentido fosse dado em sua relação.

Todavia, explica-nos Greimas (1975), o problema do sentido fica apenas transferido às relações, que continuam a significar, ainda que esta maneira de abordar o sentido possua o conveniente de trazer à tona a característica de sua dinamicidade.

Poderíamos, à semelhança de Bloomfield (1933 *apud* GREIMAS, 1975) afirmar que sobre o sentido “nada se pode dizer” e tratarmos apenas da análise da distribuição das unidades que o manifestam.

Esta medida descritiva, porém, quando aplicada às unidades mínimas de significação, isto é, aos morfemas, para desviar-se do problema do sentido, não explicam o salto “de um aquém do sentido à distribuição das significações” (p. 9), que é um primeiro problema. Concordar com a tese de que “um sentido do qual nada se pode saber”, em segundo, significaria aceitar que não há lugar para o sentido numa investigação científica; a tese não explica, sobretudo, o sentido ou “sentimento de compreensão” natural que qualquer falante de língua cria em relação aos textos que lê.

Jakobson (1960 *apud* GREIMAS, 1975) aponta para esta contradição de pensamento no âmbito da própria formulação bloomfieldiana: quando se diz “sentido” na asserção supracitada, se os seus produtores sabem o que querem dizer com este termo, então o sentido ganha um sentido, mas se eles não o sabem, então a frase completa não tem sentido algum.

Embora tenham nos causado algum desconforto acerca da legitimidade de uma ciência do sentido, os estruturalismos nos legaram conceitos e mecanismos proveitosos, tais como a ideia de “conceito negativo” que se transpõe o problema do sentido das palavras às relações, ao menos restaura-lhe a dinamicidade que lhe é constitutiva e as palavras deixam de ser lidas de um para um em sua significação; como o procedimento da comutação, que, ainda que não nos diga nada essencialmente sobre o sentido, ao menos cria uma “correlação de controle entre dois planos independentes da linguagem” (p. 9), em larga escala, coerente; e a coerência, tal como nos alerta Greimas (1975), se constitui em um “dos raros critérios de verdade que o homem já imaginou” (p. 9).

Se voltarmos à definição sensata, embora limitadora, de sentido, reduzimos o problema do sentido ao mínimo que pode ser observado naturalmente e, a partir desta constatação mínima: “o sentido é apenas esta possibilidade de transcodificação” (GREIMAS, 1975, p.13), podemos, depois, pensar se nossa tarefa como cientistas do sentido não seria a da escolha de modelos que simulem artificialmente os percursos previsíveis do sentido em sua transposição:

Se reduzimos assim o problema do sentido às suas mínimas dimensões, ou seja, a uma transcodificação de significações, e se dizemos que estas transcodificações se dão naturalmente, embora deficientemente, podemos perguntar se a atividade científica neste terreno não deve consistir em elaborar *técnicas de transposição* que permitam efetuar as transcodificações artificialmente, porém adequadamente. A descrição semiótica da significação é, por conseguinte, a construção de uma linguagem artificial adequada (GREIMAS, 1975, p.14)

Neste domínio, a tarefa da semiótica se alinha à da tradução. Se a teoria e a prática da tradução se exercitam no aprimoramento das transcodificações de uma língua a outra, nossa tarefa consiste na elaboração de técnicas que permitam efetuar artificialmente as transcodificações do sentido.

Estas transcodificações seguem dois percursos possíveis, um vertical, que descreve o percurso da transposição, e um horizontal, que descreve como os conteúdos se transformam. Estas diferentes formas de apreensão do sentido completam-se para dar conta de sistema e processo. Cremos que o semioticista deve apostar na construção de um modelo adequado e coerente de transposição.

[...] a denotação é ao mesmo tempo o lugar de instauração do sentido e de sua suspensão. Mas se o sentido pode se deslocar assim o tempo todo, é porque existem percursos metasemióticos previsíveis para sua transposição: procedimentos de transcodificação vertical oferecem múltiplas possibilidades, de explicitação e de implicação do sentido; procedimentos de transcodificação horizontal dão conta da dupla implicação dos processos e dos sistemas (1975, p. 16).

O texto (ou a denotação) é admitido como o lugar de instauração do sentido e não mais o autor empírico, a psicologia da introspecção ou qualquer outra instância de controle:

Vemos também que a explicação dos fatos estéticos que se situa atualmente, sobretudo, no nível da percepção da obra e não mais no da exploração do gênio ou da imaginação. Tal atitude, conseqüentemente, ainda que provisória, parece vantajosa na época da história atual: é difícil imaginar outros critérios de pertinência aceitáveis por todos (GREIMAS, 1973, p. 19).

A tarefa da semiótica se constitui, portanto, essencialmente, na elaboração e aperfeiçoamento de nossos modelos de transposição. Captamos o sentido no texto, seu lugar de instauração, averiguamos como ele se constrói, como se transforma e que efeitos causam em nós:

Pode-se dizer que os progressos da semiótica, nos últimos tempos, consistem essencialmente na ampliação do seu campo de manobras, na maior exploração das possibilidades estratégicas da apreensão da significação. Sem chegar a saber mais sobre a natureza do sentido, aprendemos a conhecer melhor onde ele se manifesta e como se transforma (1975, p. 17).

Não se discute que os estudos de tradução podem servir-se de fórmulas descritivas *variadas*, até de percursos interpretativos particulares estabelecidos por cada tradutor, uma vez que o leitor “comum”, como se mencionou anteriormene, possui um “sentimento de compreensão absolutamente natural” (GREIMAS, 1975, p. 12), pois, para ele, o problema do sentido não se coloca e, por isso, ele deixa de lado a questão sobre a constituição do sentido nos textos que lê. Cremos, no entanto, que os modelos que a semiótica aprecia poderiam proporcionar ao tradutor, primeiramente em seu papel inicial de leitor, uma maior consciência do arranjo estrutural que está na base da construção do sentido e que o torne um analista hábil na reconstituição das formas do sentido intermediárias entre as línguas que traduz e cujo conhecimento facilita a transposição do sentido, desde que esta fosse metodologicamente orientada.

A seguir, fazemos uma breve reinterpretação de tradicionais afirmações feitas acerca da atividade tradutória, a partir da nossa reflexão sobre forma, substância e sentido. Para tal fim, primeiro definiremos o conceito de tradução que utilizaremos e, em seguida, daremos nossa contribuição para os estudos da tradução, advinda desta interlocução entre linguística e semiótica.

### **3.3. O conceito de tradução na semiótica discursiva**

Na qualidade de atividade semiótica, a tradução consiste no ato de uma enunciação operar dois fazeres, um *fazer interpretativo* de um texto *a quo* e o *fazer produtor* de um texto *ad quem* (GREIMAS; COURTÉS, 2011, p. 508). Estes textos podem ser de vários tipos, entre sistemas semióticos distintos, como a tradução de um livro numa peça teatral ou de peça em uma dança; ou intra código, como a paráfrase, a metalinguagem científica e a tradução entre línguas naturais, todas estas operações são manifestações desse fenômeno mais geral que é a tradução.

Outras macrossemióticas podem ser citadas: o processo no qual o mundo natural é expresso em língua caracteriza o que nomeamos como tradução.

No dicionário de semiótica, há diversas acepções do verbete *tradução*. Nenhuma das acepções exclui as demais, mas como uma atividade que pode ser decomposta em dois momentos, a palavra *tradução* assume o valor de processamento do sentido seja como **atividade produtora**, como sinônimo de significação, ou ainda como **atividade compreensiva**, como sinônimo de interpretação.

Entendida como **atividade produtora**, ela é comparada ao processamento de conversão do sentido em manifestação; entendida como **atividade compreensiva**, ela é a operação que traduz para o intelecto a complexidade inscrita no texto: [...] entre o juízo existencial “há sentido” e a possibilidade de dizer alguma coisa a seu respeito intercalasse, com efeito, a tradução; “falar do sentido” é ao mesmo tempo traduzir e produzir significação (2011, p. 508).

Contudo, é na união de ambos processamentos que entendemos a tradução como uma atividade de duas fases: *o fazer interpretativo*, no qual se analisa o texto implícita ou explicitamente – neste momento pode cooperar uma metalinguagem para a leitura do texto *a quo*, ou ainda podem-se fazer paráfrases – e *um fazer produtor* que cria um novo enunciado a partir do resultado do processo de interpretação.

Esta acepção de tradução é geral, pois vai desde o processo que sinaliza a conversão do pensamento em linguagem à acepção clássica de tradução como a passagem de um enunciado *a quo* em outro *a quem*.

### **3.3.1. Uma interpretação linguístico-semiótica da tradução**

Como dissemos, a tradução é uma atividade que pode ser dividida em dois estágios: um estágio interpretativo, do sentido à significação, e um estágio produtor, da significação ao sentido.

Pelo princípio que aqui elegemos, o da arbitrariedade do signo, as formas das línguas constituiriam recortes específicos na massa amorfa do sentido; portanto, a primeira significação (gerada a partir do texto de partida) não é igual a significação gerada (a partir do texto de chegada), tampouco o sentido primeiro pode ser igual ao novo sentido gerado, como um juízo apressado queira propor.

Para sermos mais específicos, ilustramos o processo tradutório em diagramas.

Se tomarmos o TP como um conjunto significativo **O**, ou seja, como uma função que opera em dois planos, então ele possui uma expressão e um conteúdo:

$$PE^1 > PC^1 = \mathbf{O}$$

O percurso da interpretação é o primeiro estágio da tradução: o sujeito-tradutor interpreta o conjunto **O** e cria, em sua mente, um *novo* conteúdo:

$$\begin{array}{c} (PE^1 > PC^1) = \mathbf{O} \\ | \\ PC \end{array}$$

Observe-se que o conteúdo gerado já não é o mesmo do conjunto **O**, por isso iremos chamá-lo  $PC^2$ . O tradutor, então, procederá à segunda operação: obedecendo às regras da língua alvo, ele deve agora elaborar uma *nova* expressão para o conteúdo encontrado. Este é o segundo estágio, o de textualização do conteúdo:

$$\begin{array}{c} PC^2 \\ | \\ PE^2 \end{array}$$

Por meio do qual obtemos um novo conjunto o qual chamaremos **T**, porém, os percursos são contrários:

$$\begin{array}{l} \mathbf{O} = PE^1 > PC^1 \text{ e} \\ \mathbf{T} = PC^2 > PE^2 \end{array}$$

Desse modo, o processo completo da tradução conclui-se em:

$$\begin{array}{c} \mathbf{O} \\ | \\ \mathbf{T} \end{array}$$

Observações importantes que podem ser inferidas das discriminações que fizemos: a) o *novo conteúdo* não se origina apenas da *expressão* do texto fonte como, sem maior reflexão, sugeriria o processo de interpretação, mas o sujeito opera com um conjunto no qual o conteúdo é inseparável da expressão que o originou b) Destarte, o conteúdo encontrado não é igual ao conteúdo contraído pela função **O** c) tampouco a *nova expressão* pode ser igual à primeira.

Perguntamo-nos como o texto de chegada poderia ser analisado de maneira dialética, ou seja, dado como réplica *fiel* ou *não fiel* ao texto de partida, uma vez que a tradução envolve dois processos de transposição do sentido nos quais, a cada vez que o sentido se submete, também se defronta com uma série de restrições e escolhas.

O processo avaliativo da tradução também pode ser revisto a partir deste ponto de vista. É um procedimento recorrente dos trabalhos comparativos de traduções, que os textos sejam analisados voltando-se, ora para o texto de partida ora para o texto de chegada (NIDA, 1986). Concorde com as ideias por nós criticadas, Nida não contesta noutra opinião: é necessário que **as relações entre expressão e conteúdo** do texto de partida e de chegada – para Nida, mensagem e recepção do texto de partida e chegada – é que sejam postas em análise.

Após expormos e discutirmos questões relacionadas à forma, substância e sentido aplicadas à tradução, na subseção a seguir, exploramos cada uma das etapas do processo tradutório, ressaltando a importância de um método disciplinar, para a prática da tradução.

### 3.3.2. ***Do sentido à significação - Interpretar: com ou sem método?***

O ato (ou o sentido) dispõe de duas maneiras para conceber-se: uma natural, intrasemiótica, ou seja, em sua produção no interior de um enunciado; e uma científica, intra ou intersemiótica e metalinguística:

O ato em geral só pode receber uma formulação linguística de duas maneiras: ou quando é descrito, de maneira aproximativa e variável, no interior do discurso enunciado, ou quando é objeto de uma reconstrução lógico-semântica, que utiliza os pressupostos extraídos da análise do enunciado, no âmbito de uma metalinguagem semiótica. Tanto num caso quanto noutro, a única maneira correta de referir-se a ele é dar-lhe uma representação semântica canônica. (GREIMAS, 2014, p.79).



O sentido não se apresenta de forma linear no discurso (GREIMAS, 1973, p.12). O contexto histórico, a estilística do texto, os temas centrais e periféricos, as expressões idiomáticas, os conteúdos mais abstratos e os mais concretos e específicos à língua se encontram, ao mesmo tempo, no texto.

O tradutor, que dispensa de um método em seu papel de leitor, num segundo momento de tradução, porém, se veria diante de uma “cilada”: reproduzir fielmente os conteúdos que observou, menosprezando a estilística, ou, quiçá, imprimindo-a também, perdendo com isto, o momento histórico no qual o texto foi escrito etc. Como foi dito na subseção 3.2, para o homem comum a questão do sentido não se coloca, mas a metodologia na transposição só se justifica no âmbito de sua descrição científica:

Não é pertinente saber se a estrutura semântica é imanente ou subentendida ao universo semântico ou se é uma construção metalingüística que dá conta do universo considerado. O sentido aparece sempre como um dado imediato, o que basta para o homem viver e agir num mundo significante. A questão do estatuto estrutural da significação só se coloca no projeto de sua descrição científica. As consequências práticas serão as mesmas: o semanticista terá que elaborar uma teoria que lhe permita construir os modelos formais correspondentes à estrutura semântica preexistente (ou suscetíveis de dar conta dos universos semânticos dados) e também uma metateoria epistemológica que possibilite apreciar a adequação destes modelos. (GREIMAS, 1975, p. 36).

Seria deveras relevante que estes modelos formais se assemelhassem à estrutura semântica preexistente, porém, se não, a possibilidade que nos assiste seria, ao menos, a de dar conta dos universos semânticos já existentes.

Pensando nestes modelos de análise de transcodificação, a semiótica elaborou a ferramenta de análise que adotamos nesta pesquisa para descrição dos conteúdos da tradução, e que descreveremos com maior espaço no capítulo quatro. Trata-se do percurso gerativo do sentido, doravante PGS, que se constitui de três níveis de estruturação da significação elaboradas a partir da pesquisa e generalização das propriedades invariantes dos textos.

No segundo capítulo vimos que do ponto de vista da língua, os códigos linguísticos seriam intraduzíveis, pois o recorte específico realizado simultaneamente sobre as duas massas amorfas, impediria qualquer diálogo entre as diferentes línguas.

No nível do signo elaborado, tampouco haveria compreensão, pois sendo as diferentes línguas estritamente relacionadas a uma cultura e a uma história

específicas, as particularidades não encontrariam equivalências na língua de chegada.

Por outro lado, o percurso de produção destes textos parece seguir certos parâmetros convergentes, que são as propriedades invariantes dos universos semânticos já descritos. Estes parâmetros, com as quais se avêm as diferentes línguas, portanto, se situam num plano intermediário entre a língua abstrata e a sua manifestação em discurso.

O percurso de transposição do sentido concebido no âmbito de uma metalinguagem, como a semiótica, pode auxiliar na disciplina da interpretação e produção das traduções, por formar-se de estruturas independentes das regras de manifestação específica das línguas, uma vez que não advêm da LC, nem da LP, como argumentamos na subseção anterior, mas de um percurso estabelecido no âmbito de uma ciência semântica<sup>11</sup>, e, sendo exteriores às estilísticas superficiais das línguas, podem objetivamente serem aplicadas a elas.

### **3.3.3. Da significação ao sentido - Textualizar**

Esta tomada de posição que assumimos em relação ao sentido implica, para nós, na tradução, que os códigos linguísticos podem ser muito mais semelhantes quando abstraídos de sua manifestação. Embora as substâncias geradas pelas diferentes línguas já não sejam as mesmas, elas coincidem num nível mais abstrato de análise, uma vez que conteúdos semelhantes apontam para uma mesma zona de sentido, sentido este que compreende a experiência humana de um modo geral.

Dado que cada língua abarca a experiência humana, em sua totalidade, à sua maneira, as línguas se diferenciarão especialmente na *expressão* destes conteúdos universais, de modo que uma ideia expressa numa língua com uma palavra possa ser transmitida adequadamente na outra língua com várias palavras (NIDA, 1986, p. 40).

---

<sup>11</sup> Nossa proposta se constitui numa das preocupações primordiais de Bassnett (2003), Nida e Taber (1986). Além da subseção anterior, discutimos também na subseção 2.1 “Critérios metodológicos para tradução”, do capítulo dois, averiguar apenas o resultado da tradução, quer seja em comparação ao texto de partida, quer ao modo como o texto é recebido para os leitores da língua de chegada, se estará valorizando sempre o produto e não a atividade de tradução vista em seu processo.

Nosso modelo de análise considera que os elementos que aparecem na manifestação de um texto são a concretização de um percurso de um sentido, isto é, que as palavras que se encontram na superfície textual sejam interpretadas como revestimentos de conteúdos mais abstratos e gerais:

Do ponto de vista linguístico, toda denominação é arbitrária, ainda que, no momento de sua lexicalização, possa ser mais ou menos motivada semanticamente. [...] Ora, em nosso caso, o procedimento de denominação consiste no que se pode chamar de nominalização, isto é, na conversão de uma formulação verbal em formulação nominal que transforme o *predicado modal* em um *valor modal*. Mais ainda: o resultado convertido e nominalizado é o que já chamamos uma estrutura modal, que é uma organização hipotática de um enunciado modal e de um enunciado descritivo, e não um predicado modal sozinho. (GREIMAS, 2004, p. 90)

Os conteúdos implicitados nas palavras serão interpretados na análise não mais isoladamente, mas em sua interrelação vertical e horizontal com os demais conteúdos do texto, de modo que uma palavra seja uma condensação “hipotática” e resultante, num nível mais concreto, de um arranjo modal de conteúdos e de um percurso num nível mais abstrato.

Os teóricos da tradução não pensam de maneira distinta em relação às palavras. Presume-se, consensualmente, que as palavras numa dada língua não sejam mais transcodificadas uma a uma em outra língua, mas que a expressão seja “livre”<sup>12</sup> para a produção de uma mensagem equivalente (RÓNAI, 1981, p.17), embora esta consensualidade seja o resultado de uma análise da prática de traduções e ainda não de uma teoria assumida em relação ao sentido, como o fazemos neste capítulo.

Para a prática da tradução, os conteúdos descritos em sua articulação com os demais conteúdos do texto, pelo auxílio de um modelo de descrição semântica adequado, podem agora ser passíveis de transposição para a outra língua de acordo com as regras gramaticais, sintáticas e lexicais que ela dispõe.

O auxílio desta ferramenta disporia das relações que se implicam nas palavras de maneira clara para sua posterior transposição na língua de chegada com os recursos que ela dispõe e com o mínimo de distorção.

Tanto o processo de interpretação como de textualização implicam, ainda, um desafio a mais, isto é, que o texto seja visto não somente como um objeto de

---

<sup>12</sup> Discutimos esta questão no capítulo dois, no qual explicamos que uma tradução “livre” sempre estará limitada por coerções advindas da estrutura da língua.

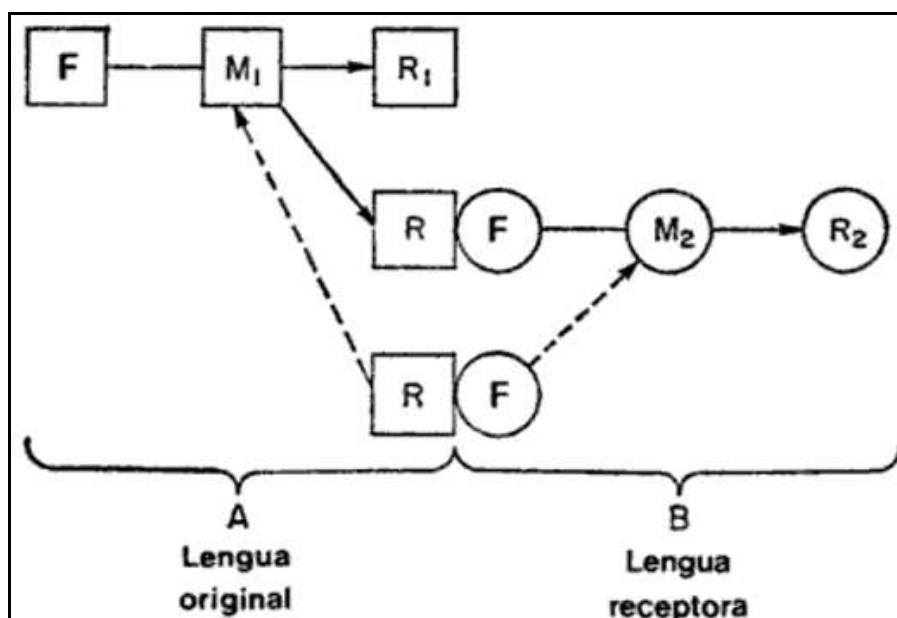
significação, mas como um objeto de comunicação entre um destinador e um destinatário<sup>13</sup>, o público a que se dirige a tradução é diferente do primeiro a que se dirigia o texto de partida.

Em seu livro *La traducción, teoría y práctica* (1986), Nida fala sobre esta questão do destinatário, porém direcionando sua análise para pensar a avaliação da tradução; sua reflexão, para nós, serve para repensar certos juízos acerca das traduções.

Deve-se levar em conta que todo texto, produzido no âmbito de uma língua natural e de uma conjuntura histórica e cultural, gera efeitos de sentido específicos para os seus receptores. Falantes monolíngues dessa língua os reconhecem em sua própria língua. O tradutor, bilíngue, já não se encontra na mesma situação: ele conhece as duas línguas, mas pode estar mais familiarizado com a língua de chegada, por ser a sua língua nativa, ou, ao contrário, a língua nativa é o seu texto de partida. Destarte, ele está pouco familiarizado é com a língua de chegada.

Nida e Taber (1986) constrói o seguinte diagrama para explicar sua explanação:

Figura 3 – Diagrama de produção da tradução



Fonte: Nida e Taber, 1986, p. 42.

<sup>13</sup> “Objeto de significação” e “objeto de comunicação” é uma nomenclatura usada por BARROS (2011, p. 7).

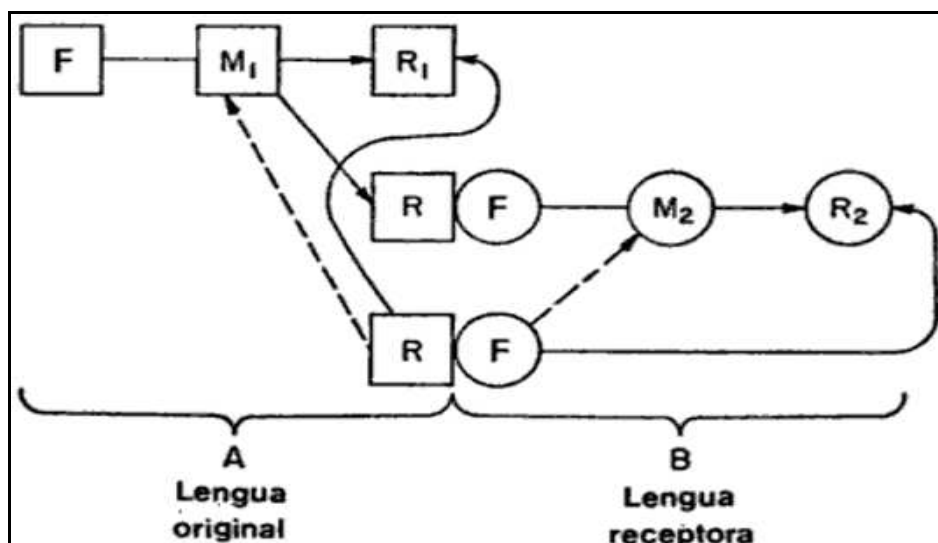
Neste diagrama, uma Fonte (F) deseja comunicar uma mensagem (M1) a um receptor monolíngue (R1). O tradutor encontra-se no papel de receptor da M1 e de Fonte para a língua de chegada. Por sua vez, ele, tradutor, irá produzir uma outra mensagem (M2) destinada a um receptor último (R2) (esquema sinalizado pela linha pontilhada).

Quando da produção e avaliação da tradução, aponta-nos Nida e Taber (1986), os elementos do processo acionados pelo tradutor e pelo especialista da tradução eram tão somente os textos M1 e M2, sem levar em conta todo o circuito explicitado no diagrama.

Os círculos e quadrados do diagrama indicam as diferenças entre as línguas e os contextos culturais distintos. Se a análise avaliativa se restringe tão somente às duas mensagens M1 e M2, ou a língua de chegada ou a língua de partida seriam adotadas como ponto de partida para a análise, e os critérios de uma prevaleceria sobre a outra.

Ao contrário, se fosse observado o modo como o receptor da língua 1 recebe o texto 1 e o efeito, concebido nesta relação, fosse comparado ao modo como o receptor da língua 2 recebe o texto, isto é, adotando-se o critério da relação, seríamos mais felizes nessa comparação; é o que Nida e Taber nomeiam de equivalência dinâmica que é contrária a equivalência formal, que levaria em conta, como diz o próprio nome, somente a forma:

Figura 4 – Diagrama de avaliação da tradução



Fonte: Nida e Taber, 1986 p. 43.

Este esquema, ao contrário, mostra que a recepção de R1 do texto M1, deve ser comparada à recepção de R2 em relação a M2, e a eficácia de M2 seria avaliada pelo modo como R2 efetivamente a compreende. Neste caso, a Fonte (F) estaria atenta ao efeito de sentido global gerado por M1 em R1 e a este mesmo efeito sendo causado por M2 em R2.

Concordamos com Nida e Taber (1986), e aqui ressaltamos a dimensão apenas mencionada pelo autor de que, no momento da produção, o tradutor deva levar em conta não somente M1 e M2, mas em suas relações externas<sup>14</sup> com os receptores destes textos.

Portanto, a maneira mais eficaz de textualizar é observando, como primeiramente mencionamos, as relações internas do texto, na tomada do texto como um objeto de significação, estruturado em articulações modais passíveis de transposição, e, as relações externas, como um objeto que comunica determinados efeitos de sentido em virtude do público a que se dirige e dos conteúdos que convoca dentro de uma conjuntura histórica e cultural por meio de um código coercitivo de uma língua natural.

Os esforços mais recentes da semiótica têm ido na direção das análises internas e externas do texto com o auxílio de um mesmo aparato metodológico (BARROS, 2011, p. 08), uma investigação que parte da análise do texto para análise das instâncias diversas que o solicitam e que lhe atribuem sentido. Nesta sumarização do método, pode estar a sua maior contribuição para os estudos de tradução. No capítulo seguinte, elegemos as categorias do PGS como método de análise de problemas de natureza diversa na tradução.

#### **3.3.4. Uma análise semiótica do termo tradução**

Antes de passarmos ao capítulo de descrição do PGS e aplicação das categorias semióticas aos problemas de tradução que selecionamos no texto de Carlos Drummond, importa-nos explicar, por meio de uma análise semiótica, a complexidade do *processo* tradutório, dando ênfase, mais uma vez, a este aspecto

---

<sup>14</sup> Utilizamos a expressão “relações externas” para fins didáticos, porém, assim como mencionamos na subseção 2.1, todos os conteúdos acessados para execução de nossa análise partem do próprio texto, portanto, conteúdos inscritos em categorias tais como destinatário ou público-alvo e efeito de sentido gerado já estão previstos pelo texto e são acessados em análise conforme forem solicitados pelo texto para sua própria leitura.

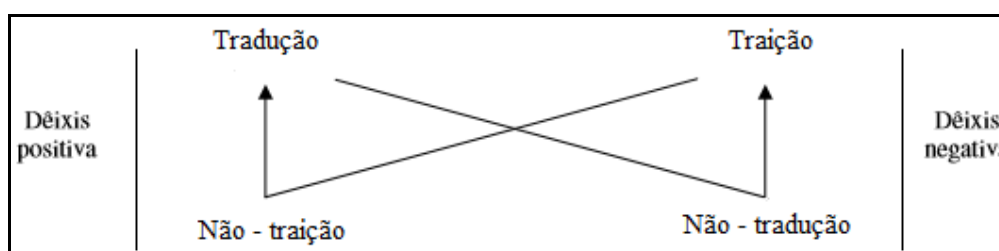
menos explorado da tradução. Galindo (2005), mencionado na revisão da literatura, fala sobre a complexidade dinâmica do traduzir<sup>15</sup>, em nossa análise, porém, ressaltamos a complexidade inscrita no texto para descrição do processo.

No nível mais concreto do termo, há pelo menos cinco papéis actanciais que o tradutor de um texto sincretiza no ato da tradução<sup>16</sup>. Ele deve, primeiramente, admitir a imagem de um *enunciador-autor*, instância responsável pelo texto que se dirige a um *enunciatário-leitor*, imagem de um público original, a de *enunciatário-tradutor*, que analisa as estruturas da língua de origem, a de um *enunciador-tradutor*, que pensa nas estruturas disponíveis na língua meta e finalmente a de um *enunciatário-leitor da tradução*, público da língua meta a qual se dirige. Todos construídos no e pelo discurso. Em termos de imagens, o tradutor assume um papel já deveras complexo.

Na sequência, o tradutor opera a um programa de uso, o fazer interpretativo do texto *ad quo*, necessário para outro programa de base ou principal (BARROS, 2011), o fazer produtor do texto *ad quem*.

No nível mais profundo, o termo tradução carrega consigo seu termo contrário, aqui concretizado pela figura “traição”:

Figura 5 – Quadrado semiótico: tradução *versus* traição



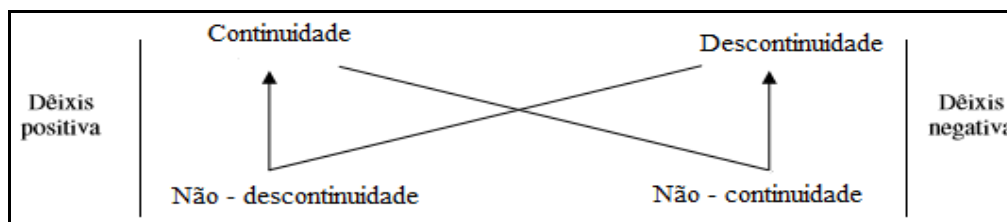
Fonte: Elaborada pela autora da dissertação.

Se guardarmos o traço /fidelidade/ que parece constituir-se no traço comum, por ser ele inferido das definições que no início deste capítulo descrevemos, podemos abstrair ainda mais o quadrado semiótico e chegar a seguinte oposição:

<sup>15</sup> O trabalho de dissertação tem por título “Aspectos da dinâmica complexa do processo de tradução: análise de uma experiência de tradução literária do espanhol ao português”.

<sup>16</sup> Para maior um estudo detalhado sobre esta dinâmica actancial do tradutor, ver estudo de AUBERT (2001).

Figura 6 – Quadrado semiótico: continuidade *versus* descontinuidade



Fonte: Elaborada pela autora da dissertação

### 3.4. Procedimentos metodológicos da análise

Na subseção 2.1, Critérios metodológicos para a tradução, do capítulo dois, nós criticamos os modelos de análise de traduções que, para examinarem a adequação do TP para o TC, dispunham suas análises conforme as solicitações sobressalientes na leitura, ora em função dos problemas proeminentes de adequação, ora do ordenamento composicional dos textos, seguindo a organização narrativa, modos de análise que acarretam, porém, o ônus de não elencar os problemas numa disposição sistemática e não evitando a mistura dos problemas na descrição analítica.

Vale ressaltar que as análises críticas de traduções comentadas, no segundo capítulo, trouxeram muitos benefícios à tradução, dentre eles, os de informar a leitores monolíngues acerca das dificuldades da tradução, de munir os tradutores de problemas comuns entre línguas específicas – do português para o espanhol ou do alemão ao inglês, por exemplo – e acrescentar informações de diversa ordem à bagagem dos tradutores em sua prática.

Nossa análise se ocupará de uma categorização das questões. Primeiramente, um percurso de interpretação do texto a ser traduzido, processo no qual é indispensável a presença do método, que defendemos aqui ser o percurso gerativo do sentido, a fim de que conteúdos e expressões do texto original sejam organizados em suas respectivas formas semióticas, formas já não exclusivas da língua-fonte, mas ligadas ao imaginário humano, e, portanto, traduzíveis.

Depois de organizada a descrição do texto original em formas semióticas, confrontaremos as estruturas de significação do TP e TC para averiguar se aquelas estruturas de significação foram preservadas ou não entre estes textos.



#### 4. ANÁLISE

“Não devemos nos iludir: estes procedimentos nada nos informam sobre o sentido, eles apenas estabelecem uma instância de controle entre dois planos independentes da linguagem” (Greimas)

Ciente da necessária negociação da qual não pode esquivar-se aquele que traduz – as perdas e ganhos exemplificados no capítulo dois “O problema fundamental da tradução” – concentramo-nos no que pode ser realizado pelo tradutor, que muitas vezes sacrifica, inconscientemente ou não, alguns mecanismos geradores de sentido, em benefício de outros. Nesta secção, vamos examinar algo do que se perdeu, mas, também, do que se ganhou na transposição do sentido de um texto traduzido do português para o inglês.

Dependendo dos objetivos do tradutor, isto é, dos conteúdos e dos efeitos estilísticos do texto de partida que ele pretende conservar no texto de chegada, ele enfrentará problemas de natureza diversa. Podem estar relacionados com a necessidade de apenas preservar a organização semântica global do texto, numa leitura extremamente abstrata, quando o texto vale pelas oposições básicas que lhe conferem sentido, oposições estas investidas axiologicamente em termos eufóricos ou disfóricos. A tal modo de apreender a significação se convencionou chamar, em semiótica, nível fundamental.

Num simulacro da produção do sentido, as primeiras restrições e escolhas a que se submete “o espírito humano”, que também pode ser pensado como “o sentido”, na criação do texto, é o nível das estruturas profundas: “as estruturas profundas, que definem a maneira de ser fundamental de um indivíduo ou de uma sociedade e que determinam as condições de existência dos objetos semióticos”. (GREIMAS, 1975, p.126). Por seu caráter quase universal, estas estruturas semânticas costumam restringir-se a um número limitado de oposições.

Os elementos da semântica do nível fundamental se articulam numa oposição como, por exemplo, “vida x morte”, “natureza x cultura” e “amor x ódio”, que devem compreender todos os conteúdos suscitados pelo texto nos níveis mais concretos. Cada elemento em oposição recebe um investimento axiológico eufórico (positivo) ou disfórico (negativo), conforme a indicação do texto. Esta oposição

semântica elementar, ainda, é inserida numa sintaxe, estabelecida conforme o texto, na qual os elementos se sucedem por meio de duas operações: a negação e a asserção que constroem a estrutura do quadrado semiótico.

Logo que os problemas enfrentados pelos tradutores são de natureza distinta, outro problema bastante frequente pode estar relacionado à preservação da sequência cronológica dos acontecimentos do texto fonte para a tradução, isto é, ao nível narrativo.

Na sequência do percurso de produção, os conteúdos discretizados na primeira apreensão devem adequar-se a uma sucessão narrativa no nível seguinte.

Os elementos da oposição fundamental convertem-se em objetos-valor que circulam entre sujeitos, numa simulada teatralização dos textos.

Todos os textos, vistos sob esta perspectiva, desdobram-se sob uma ordem canônica mínima, na qual um estado inicial (EI), uma performance (P) e um estado final (EF) regem todos os movimentos textuais.

Na semântica do nível narrativo, temos a constituição dos conteúdos em objetos-valor. Na sintaxe, eles se inserem em estados de disjunção (afastamento) ou conjunção (proximidade) com sujeitos.

O cerne da sintaxe do nível narrativo é o esquema canônico que é o modelo estendido da narrativa mínima (EI - P - EF), presente em todos os textos. O esquema canônico possui cinco etapas: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. Este nível narrativo foi o mais desenvolvido e pesquisado em semiótica até os dias atuais, por isto, cada um dos elementos do esquema mereceria uma descrição adequada e com exemplos, porém, pelo limite de espaço e objetivos do trabalho não os podemos pormenorizar aqui<sup>17</sup>.

Finalmente, os problemas que o tradutor estaria enfrentando podem não ser de natureza narrativa ou fundamental, mas, estarem relacionadas às escolhas do tradutor no que concerne às figuras, isto é, na transposição do nome das personagens, ou aos temas que irão concretizar esquemas narrativos e, ainda, às projeções em primeira ou terceira pessoa que o autor faz e que geram efeitos de sentido divergentes entre texto fonte e tradução.

---

<sup>17</sup> Para um aprofundamento mais detalhado de todos os níveis do percurso, recomendamos a leitura dos livros de Barros (2001) e (2011), Fiorin (2005) e Fontanille (2012) citados na bibliografia.

Este é o último nível de análise, chamado nível discursivo, no qual os conteúdos dos níveis fundamental e narrativo, simuladamente, são compreendidos pela perspectiva de uma enunciação que produz e organiza o discurso.

Na semântica do nível discursivo os estados de junção entre sujeitos e objetos-valor são desdobráveis em diversos temas, e os temas em figuras.

Na sintaxe do nível discursivo, examinamos como a enunciação se projeta no enunciado gerando os efeitos de sentido. Ela pode projetar-se, inicialmente, de duas maneiras: debravar-se enuncivamente, em 3ª pessoa, num lugar que não o aqui e num tempo exceto o agora; ou enunciativamente, em 1ª pessoa, no lugar aqui e no espaço do agora, simulando todas as marcações de pessoa, espaço e tempo que fazem a imagem do enunciador do texto coincidir com o momento de enunciação.

Quanto mais a enunciação simula-se enunciativamente, mais gera efeito de concomitância e também de subjetividade, quanto mais distancia o enunciatário (leitor) de si mesma, debravando-se enuncivamente, mais gera um efeito de objetividade.

Para persuadir o enunciatário, a enunciação pode jogar com imagens de si. Citaremos aqui, como exemplo, apenas o movimento retórico de algumas figuras de pensamento e de palavras de Fiorin (2005). Os mecanismos em seguida apresentados são exemplos de efeitos gerados pela sintaxe do nível discursivo.

A **ironia** é um exemplo de jogo entre enunciação e enunciado. Quando se diz, num certo contexto, “ela está tão chique” quando se quer dizer “ela está tão brega”, a ironia é compreendida porque se afirma algo no enunciado, mas o texto faz compreender que a instância da enunciação o está negando. Ressalte-se que ambas as instâncias são criadas pela mesma enunciação, por isto, são compreendidas como articulações retóricas.

Na **reticência**, a fala é suspendida no enunciado, e na enunciação completada. Na proposta do **eufemismo**, se diminui o que é dito no enunciado, mas intensifica-se na enunciação e na **hipérbole**, se acentua no enunciado e se diminui na enunciação.

Na semântica do nível discursivo, podem-se gerar as figuras de palavra. O **oxímoro** é a união, por exemplo, de figuras ou temas contrários presentes numa mesma frase; a **antítese** ocorre ao longo de um texto com a instauração de percursos figurativos ou temáticos contrários.

#### 4.1. Do exemplário

Nem todos os textos se apresentam fundamentalmente no nível mais concreto do discurso com a concretização dos temas em figuras (FIORIN, 2005). Por isso os textos podem, a depender de seu gênero, ser predominantemente temáticos e, portanto, mais abstratos ou predominantemente figurativos, e explorar – de modo mais aprofundado – o nível figurativo. O texto selecionado “Poema de Sete Faces” de Carlos Drummond de Andrade, do livro *Oficina de Tradução* (1992), se justifica por compor este conjunto de textos que apresentam o nível figurativo de forma predominante e tornam possível, no momento da análise, dar atenção também a este nível do discurso. A tradução é de Elizabeth-Bishop, poetisa norte-americana. O título do texto da tradução é “Seven-sided poem”, publicado no livro *The complete poems* (1969).

Havendo explicado as categorias que utilizaremos na análise, passamos à descrição dos poemas.

#### 4.2. Aplicação do PGS ao Poema de Sete Faces

Poema de sete faces  
Carlos Drummond de Andrade

1 Quando nasci, um anjo torto  
2 desses que vivem na sombra  
3 disse: Vai, Carlos! ser *gauche* na vida.

4 As casas espiam os homens  
5 que correm atrás de mulheres.  
6 A tarde talvez fosse azul,  
7 não houvesse tantos desejos.

8 O bonde passa cheio de pernas:  
9 pernas brancas pretas amarelas.  
10 Para que tanta perna, meu Deus, pergunta  
[meu coração.

11 Porém meus olhos  
12 não perguntam nada.

13 O homem atrás do bigode

14 é sério, simples e forte.  
 15 Quase não conversa.  
 16 Tem poucos, raros amigos  
 17 o homem atrás dos óculos e do bigode.

18 Meu Deus, por que me abandonaste  
 19 se sabias que eu não era Deus,  
 20 se sabias que eu era fraco.

21 Mundo mundo vasto mundo  
 22 se eu me chamasse Raimundo  
 23 seria uma rima, não seria uma solução.  
 24 Mundo mundo vasto mundo,  
 25 mais vasto é meu coração.

26 Eu não devia te dizer  
 27 mas essa lua  
 28 mas esse conhaque  
 29 botam a gente comovido como o diabo.

#### 4.2.1. **Sintaxe do nível discursivo**

O texto inicia com uma *debreagem temporal enunciativa*, “quando nasci”, em pretérito perfeito. O enunciador então cede voz a uma das personagens da cena, o *ele* anjo, e há uma *debreagem de segundo grau* na qual se simula um diálogo entre o *eu*, narrador, e o *ele*, anjo, em primeira pessoa.

Inicia-se a segunda estrofe em *debreagem enunciativa*, porém ainda é possível detectar a presença do *eu*, narrador, apresentado na primeira estrofe, como personagem da estória. O comentário “a tarde talvez fosse azul” impreciso, subjetivo, aproxima novamente a cena contada do eu-aqui-agora da enunciação e sugere que o narrador-sujeito esteja presente na cena.

Na terceira estrofe, há uma *debreagem actancial enunciativa*, “o bonde passa”. Porém espacialmente ele está *lá* ou *aqui*, porque o verbo “passa” pode indicar tanto presente do indicativo como presente histórico. O texto dá margem para as duas interpretações que ficam em suspenso. Porém, logo em seguida, confirma-se a leitura do *aqui*, pois o coração e os olhos do narrador estão contemplando o passar do bonde. Seu coração pergunta “para que tanta perna”, mas seus olhos, que estão contemplando o passar do bonde e que denunciam a presença do narrador, não perguntam nada.

Na quarta estrofe, há uma *debreagem actancial enunciva*; há a descrição de um *ele* específico “o homem atrás do bigode”, num tempo do agora; o homem “é sério”, “tem poucos amigos” e num espaço *lá*.

Na quinta estrofe, o texto volta-se para o centro da enunciação e a *debreagem* é *enunciativa*. Inicia-se um monólogo da *enunciação enunciada*, “eu” direcionado a um *ele*, “Deus”, em discurso indireto livre. Identificamos a voz com a do narrador, invadindo a própria narração em primeira pessoa.

Na sexta estrofe, o texto continua numa *debreagem actancial, espacial e temporal enunciativa*, e simula-se no enunciado um monólogo do *eu* projetado, direcionado ao sujeito “mundo”.

Na última estrofe, ocorre uma *embreagem*. O narrador que só se direcionava, até o momento, aos actantes do enunciado, volta-se para o enunciatário em “eu não devia te dizer”, trazendo o enunciatário para dentro da estória como uma espécie de confidente.

As *debreagens enunciva e enunciativa*, como dissemos, criam efeitos de sentido distintos. Se nos detivéssemos somente neste nível de análise, já poderíamos dividir o texto em dois grandes blocos: a primeira, segunda e terceira estrofes geram mais um *efeito de sentido de objetividade*, e a quarta, quinta e sexta estrofes, mais um *efeito de sentido de subjetividade*. Esta oposição dos blocos perpassa os próximos níveis mais abstratos de leitura do texto e colaboram para a construção do efeito de sentido global dele.

#### **4.2.2. Semântica do nível discursivo**

O texto é predominantemente figurativo, ou seja, os substantivos mais concretos dominam em relação os mais abstratos. Desse modo, os substantivos remetem ao mundo natural criando, para nós, um simulacro do mundo e um *efeito de realidade* (FIORIN, 2005).

O texto inicia com uma figura mais abstrata “Quando nasci” que apenas indica ao enunciatário que depois dela se dirá algo sobre o tempo da narrativa. A figura seguinte situa a estória no passado e é, entretanto, mais imagética que a primeira. Ela, sozinha, convoca um cenário, que é a cena do nascimento do narrador. Em seguida, se anuncia a entrada de uma personagem desconhecida do enunciatário pela indicação do pronome indefinido “um”, a figura “anjo” na cena do

nascimento de uma criança é, em certa medida, esperada e até o momento nenhum elemento se sobressai. Em seguida acrescenta-se uma característica desse anjo, ele é um anjo “torto”.

Segundo o Aurélio (2010), *torto* pode significar “aquilo que não é direito”, “torcido” ou “oblíquo”, e apenas, figurativamente, significa “errado” e “sem lealdade”. Ele também não é cheio de luz, como os anjos normais, ele vive “na sombra”. Embora reconheçamos os sentidos as duas possíveis personalidades deste anjo, uma que o caracteriza apenas como um anjo “não convencional” e, de outro, um ser “desleal”, para o efeito de sentido geral do poema, averiguaremos que o anjo “torto” irá definir-se melhor pelos sentidos eufóricos do seu significado. Por isto, não consideraremos o sentido disfórico e complementar ou figurado do termo. O verbo seguinte anuncia um ato discursivo desse anjo, que sendo uma espécie superior aos seres humanos pode ser interpretada no nível temático como uma *ordem* em relação ao *destino* do sujeito.

Na estrofe seguinte, são atribuídas às “casas” características humanas, elas “espiam” os homens. Segundo Fiorin (2005), “a combinação de qualificações ou funções que possuem determinado traço semântico com um elemento que apresente um traço contrário ou contraditório é um mecanismo retórico que produz diferentes unidades” (p. 123), podem estes mecanismos ser a prosopopeia, a animalização e a reificação. No verso analisado ocorre a prosopopeia. Os traços *contraditórios* são o traço /não humano/ de “casa” e o traço /humano/ do verbo “espionar” que se sobrepõe ao primeiro e humaniza a figura “casa”.

No verso seguinte, ocorre o contrário. Os “homens” de traço /humano/ têm características /animadas não humanas/ ou /animais/ por causa da combinação de figuras, “correr atrás das mulheres”, desumanizando os homens. Os traços dos elementos neste mecanismo são *contrários*.

“A tarde azul”, associada ao estado dos homens que estão carregados de desejos, pode indicar uma tarde cheia de nuvens, e, por isto “azul” carregaria o conteúdo “não límpida” por *comparação*: assim como os desejos são impeditivos para os homens enxergarem com nitidez, as nuvens o são para a tarde.

Na estrofe seguinte, seguem-se as figuras de palavra. O bonde passa cheio “de pernas”, e não “de pessoas”. Segundo Fiorin (2005), a metáfora e a metonímia não são simples mecanismos de substituição de palavras, mas um procedimento discursivo em que “o narrador rompe, de maneira calculada, as regras

combinatórias das figuras, criando uma impertinência semântica, que produz novos sentidos.” (p. 118). O enunciatário é capaz de perceber no significado de “pernas” a inclusão da mesma em “pessoas”, inferindo a relação de contiguidade, que ocasiona a metonímia. Porém, a impertinência semântica que troca a figura “pernas” por “pessoas” cria sentidos novos para o texto.

O substantivo “pessoas”, segundo o dicionário Aurélio, inclui um traço não presente em “pernas”, o da /individualidade/ (AURÉLIO, 2010), a escolha por “pernas” em vez da palavra mais adequada para a situação, aliada, a omissão da vírgula que separaria tradicionalmente os adjetivos, suscitam, para o texto, conteúdos como *sincretismo*, *indistinção* ou *mistura* das pessoas ali presentes no bonde.

No verso seguinte, ocorre novamente uma prosopopeia na qual o “coração” e “olhos” que possuem o traço /não humano/ realizam a ação de “perguntar” de traço /humano/.

Na quinta estrofe, há uma série de figuras mais concretas que criam um efeito de realidade forte. “O homem” da estrofe seguinte é dado como conhecido. Ele inicia com artigo definido e, em seguida, as figuras o descrevem física e subjetivamente. O grupo de figuras nesta estrofe parecem confirmar umas às outras, “óculos” e “bigode” corroboram as descrições subjetivas “sério, simples, forte” e “quase não conversa”. Parece-nos que mesmo que estas palavras que carregam conteúdos *de ordem mais temática* não aparecessem no texto, ainda assim chegaríamos a alguns deles pelas figuras mais concretas relacionadas ao homem, pois “bigode”, por exemplo, é um símbolo culturalmente forte de maturidade e seriedade. Nesta estrofe, portanto, figuras concretas e abstratas confirmam umas às outras enfatizando as características imagéticas deste homem, criando um *efeito de sentido de realidade forte*, como dissemos ao início.

A figura que nos chama a atenção nesta estrofe, porém, é a figura “raros”. No texto, diz-se que o homem tem “poucos e raros amigos”. Ora, “poucos” confirma as expectativas geradas no início da estrofe pelas figuras “sério” e “quase não conversa”, de um homem reservado e que possivelmente tem dificuldade em comunicar-se, porém, “raros” é uma palavra mais subjetiva e instaura duas possibilidades de leitura. Segundo o dicionário, *raro* pode significar (i) “que há pouco”, “que não abunda”, mas também (ii) “que não é frequente”, “que é incomum”, isto é, pode enfatizar *quantidade e escassez* ou *qualidade e distinção*. Se



retomássemos a leitura do homem que “quase não conversa”, poderíamos seguir adotando a pouca quantidade como o sema mais saliente em “raros” amigos, mas a segunda leitura não fica descartada e pode ser reiterada até o fim do texto.

Na quinta estrofe, parece se confirmar um aspecto da leitura que anteriormente construímos. O narrador fala em discurso indireto livre “meu Deus, porque me abandonaste se sabias que eu não era Deus se sabias que eu era fraco”. Este narrador que reclama a Deus o seu abandono pode identificar “o homem atrás do bigode” com a figura do narrador que fora debreado enuncivamente. Esta leitura da identificação das personagens é disparada pela figura “abandonaste” que retoma o homem circunspecto que “quase não conversa” e é de “poucos e raros amigos”.

Esta identificação entre actante e narrador nos dá indícios para uma leitura global do texto, como sendo uma leitura do mundo pela perspectiva de Carlos, o *gauche*, que é esquerdo em relação ao mundo, reservado e indiferente. A palavra “abandonaste” é o elemento que une os percursos narrativos das personagens actante e narrador, e faz com que o enunciatário pare e analise a estrofe anterior. Por esta razão, conferimos à palavra “abandonaste” a categoria de *disparador de isotopia*, porque estabelece um novo plano de leitura para o texto.

Nesta estrofe, ainda, é possível que se interprete uma intertextualidade com o texto bíblico, na qual Jesus dirige-se a Deus: “Meu Deus, porque me abandonaste”. Fiorin (1999) fala sobre a diferença entre interdiscursividade e intertextualidade, segundo ele, a intertextualidade é “o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Há de haver três processos de intertextualidade: a citação, a alusão e a estilização”. (p.30). Quando se reproduzem literalmente as palavras ou proposições, dá-se a citação, se há reprodução das construções sintáticas, há a alusão e a reprodução de um conjunto de procedimentos estilísticos de outrem, é o caso da estilização. Em nosso texto há uma explícita citação, pois a proposição do texto bíblico é reproduzida na íntegra no poema.

Os versos seguintes “19 se sabias que eu não era Deus, 20 se sabias que eu era fraco”, não reproduzem a materialização textual do texto bíblico, como na intertextualidade, mas, envolvido pela citação intertextual da estrofe anterior, parecem repetir o tema bíblico segundo o qual Jesus era, ao mesmo tempo, plenamente divino e humano, gerando uma interdiscursividade com o texto citado.

Na interdiscursividade “se incorporam percursos temáticos e/ou figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro” (p.35). E vemos, neste discurso, do percurso temático bíblico da “deusificação do homem”.

Na sexta estrofe, podemos ter uma ideia de arremate do texto. Ela parece explicar as estrofes anteriores e confirmar mais claramente expectativas geradas no início do texto.

Nesta estrofe, a figura *mundo* é repetida sete vezes, numa destas vezes dentro da palavra *Raimundo* na qual o enunciador narrador diz “se eu me chamasse Raimundo seria uma rima não seria uma solução”. Se Carlos rimasse com o mundo ele se chamaria Raimundo, não Carlos.

Esta estrofe deixa clara a situação de Carlos e o mundo. Carlos não se encaixa, ele é marginalizado em relação às demais coisas do mundo. Para acentuá-la mais, Carlos se compara ao mundo, disjungindo-se, como se não fizera parte deste: “mundo mundo vasto mundo mais vasto é o meu coração”, onde destaca-se sua *segregação* e nesta implicação geral do texto como uma leitura de Carlos sugere o tema do *sentimento de exclusão das minorias*, uma vez que Carlos é esquerdo, não seguindo o padrão do mundo.

Singularmente, esta estrofe é a única que não é constituída de versos brancos no poema, ela rima. Tanto no plano do conteúdo, quanto na expressão, o tema inferido é o da “harmonia *versus* desarmonia”. O que nos levará à oposição elementar que recobre todo o texto, “continuidade *versus* descontinuidade” a que chegaremos ao nível fundamental.

Na última estrofe, há novamente uma comparação, agora de igualdade, “mas essa lua, mas esse conhaque, botam a gente comovido **como** o diabo”. Há dois meios de interpretar o último verso do poema. Segundo o Aurélio (2010), a expressão *como o diabo* significa “muito” e “extremamente”. Na primeira, a expressão poderia estar mencionando a intensidade da comoção do narrador ou mesmo uma comparação em que a comoção do diabo seria idêntica a do narrador, esta última, porém rejeitamos.

Desse modo, encontramos alguns temas no texto que retiramos da descrição acima:

- a. Tema da predestinação de caráter sobrenatural.
- b. Tema do abandono de Deus e o conflito existencialista.

- c. Tema da deusificação do homem
- d. Tema do sentimento das minorias ante ao fato de sentirem-se deslocadas no mundo.

#### 4.2.3. *Nível narrativo*

Na primeira estrofe, narra-se a estória de um sujeito numa performance inicial que o faz entrar em conjunção com a vida. Logo depois aparece o sujeito “anjo” que se torna destinador-manipulador do sujeito de estado 1 a realizar uma série de performances que o definam como *gauche*. “Ser *gauche*”, em nossa interpretação, significava ser alguém que foge aos padrões dos anjos normais, como explicamos na subseção anterior.

Em “as casas espiam os homens que correm atrás de mulheres”, descreve-se um fazer, a saber, o de um sujeito “casas” sobre os “homens”, que, por sua vez, se encontram conjuntos com o “querer” ou o “desejo” pelas mulheres. Desse modo, o sujeito “casas”, neste percurso, pode ser interpretado como destinador-julgador da performance destes “homens” pela ação de espia-los. Ambientando este estado de coisas há um outro enunciado de estado, a saber, a “tarde” que está em conjunção com o “ofuscamento”.

Na terceira estrofe, o “bonde” está em conjunção com as “pernas indistintas”, e o sujeito sanciona negativamente este estado de coisas.

Na quarta estrofe, há a descrição de um sujeito de estado. O sujeito está em conjunção com vários objetos-valor, “seriedade”, “simplicidade” e “força”, além disso, com a “circunspecção”. Este estado de coisas se destaca dos demais estados anteriores, este homem, assim como o narrador, está alheio ao mundo.

Na enunciação, pelo entendimento global do texto, este estado de coisas é sancionado como eufórico, porque pertencente a dêixis esquerda, descontínua, do quadrado semiótico, isto é, da oposição fundamental do texto.

Na quinta estrofe, há a descrição de um sujeito inconformado com as condições de sua existência, ele está disjunto da conformidade, embora proteste contra o destinador-julgador, por isto *inconformado*, ele é alguém que não é inerte, mas contesta seu estado.

Nesta querela, o homem tenta exercer uma manipulação sobre Deus, que pode ser interpretada como *provocação* de duas maneiras. Na primeira hipótese de

provocação, ele pode estar questionando a capacidade conhecedora de Deus a respeito dele, “porque me abandonaste **se sabias** que eu não era Deus **se sabias** que eu era fraco”. Na provocação, a manipulação se dá expressando uma opinião negativa acerca da **competência** do destinatário manipulado. Podemos identificar a manipulação na estância da **competência** pelo uso do verbo “saber” e a sugestão de ceticismo pelo uso da conjunção condicional “se”. Além disso, o desdobramento *realmente o sabias?* Consegue rapidamente ser acessado pelo “se” na situação em que o tema que recobre as figuras é o de *protesto*.

A segunda maneira de *provocar*<sup>18</sup> insiste em duvidar da competência benigna de Deus, que, explicamos em outras palavras: *se realmente o sabias, porque me abandonaste?* A conclusão é um juízo negativo a respeito da personalidade desse Deus. Sabemos, também, que a personalidade de um sujeito é descrita pelo conjunto de objetos que se contraem a ele, em relação de conjunção ou disjunção. Mais uma vez, a crítica recai, portanto, sobre a **competência** do destinador-manipulado.

Neste momento o leitor suspeita a identificação do sujeito *circumspecto* da estrofe anterior, com este *inconformado* pela situação de abandono.

Na sexta estrofe, este mesmo sujeito inicia um monólogo direcionado ao mundo. Este sujeito, debreado como *eu* no discurso, se chama Carlos e afirma que se ele se chamara Raimundo ele rimaria com o mundo, no entanto, essa é só uma hipótese, que nos é possível constatar pelo uso do verbo no subjuntivo, “se eu me chamasse Raimundo seria uma rima”. Este sujeito, também, não está em conjunção com um querer-ser “não seria uma solução”, ele é um sujeito consciente da sua individualidade em relação ao mundo, além disso, este sujeito manifesta-se *resistente* em aceitar conformar-se ao mundo, “mundo mundo vasto mundo, mais vasto é o meu coração”.

Estar em conjunção com o nome Carlos significaria justamente “ser *gauche* na vida”, isto é, ir na direção oblíqua, esquerda, em relação ao mundo, enquanto que estar conjunto com o nome Raimundo se hamorniza com o mundo, porque o repete e significa, portanto, ir na mesma direção do mundo.

Na última estrofe, o sujeito *gauche*, inconformado e resistente tem como interlocutor o enunciatário em “eu não deveria te dizer”. Nos parece que ele

---

<sup>18</sup> A palavra está em itálico porque aqui é um termo técnico do aparato metodológico.

sanciona suas performances como negativas porque atribui o seu fazer como uma manipulação da lua e do conhaque que suscitam os conteúdos como a *noite* e o *álcool*. O sujeito não realizaria, assim, as performances em plena razão, mas porque manipulado pelos destinadores alucinógenos.

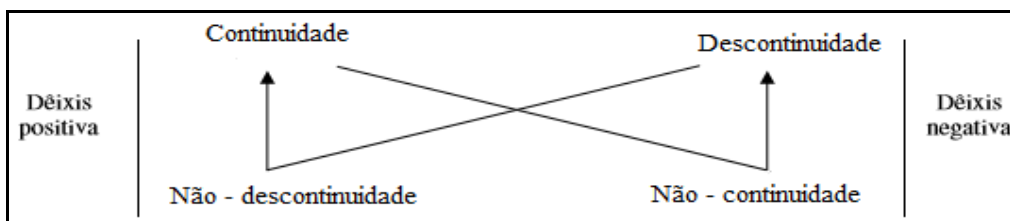
#### 4.2.4. Semântica do nível fundamental

O texto parece constituir-se em torno da oposição sugerida já desde a primeira estrofe no ordenamento do anjo torto: alteridade *versus* identidade. Na primeira, segunda e terceira face, como dissemos, por meio da análise das *breagens*, narra-se um mundo mais *objetivo* e afirmam, em conjunto, os conteúdos da normalidade e da continuidade; significados figurados do lexema *direito*. Nas quarta, quinta e sexta faces, o mundo menos *objetivo* e mais *subjetivo* afirmam-se os conteúdos da descontinuidade e da contrariedade ao curso natural do mundo.

Se quisermos tornar a oposição ainda mais abstrata, a fim de contemplar mais adequadamente todos os demais temas do texto, teríamos a oposição: continuidade *versus* descontinuidade.

Dessa maneira, constituímos o seguinte quadrado para o texto:

Figura 7 – Quadrado semiótico: continuidade versus descontinuidade



Fonte: Elaborada pela autora da dissertação

No polo da continuidade, temos as coisas do mundo que o narrador nos apresenta: as casas que espiam os homens, os homens que correm atrás das mulheres, o bonde que passa, as pernas indistintas, o mundo.

No polo da descontinuidade, há o anjo torto, o Carlos *gauche* e o homem atrás dos óculos e do bigode.

A descontinuidade é o elemento eufórico no texto e a continuidade, o disfórico. Sendo o narrador pertencente ao polo da descontinuidade, o mundo é visto através deste ponto de vista. A narração do nascimento, a bênção do anjo torto, o

mundo objetivo que não interage com o Carlos e a acusação de abandono do mesmo por Deus e os homens e o conflito de Carlos com o mundo, criam certa afinidade do enunciatário com o mundo *torto*. Porém, é no debate com o mundo que a euforia se arremata a dêixis do descontínuo, quando o narrador, comparando-se ao mundo, afirma que o seu coração, pertencente ao grupo dos tortos, é maior que o do mundo, “mundo mundo vasto mundo **mais vasto** é o meu coração”.

#### 4.2.5. *Sintaxe do nível fundamental*

Na primeira estrofe, afirma-se a *descontinuidade*, vista, como acima mencionamos, como um elemento eufórico. O mandato do anjo é um direcionamento para o destino de Carlos que acabara de nascer, que descrevemos quando falamos das figuras e temas.

Na segunda estrofe, a *descontinuidade é negada*. Os homens e as coisas se comportam de maneira natural, conforme o mundo: os homens correm atrás das mulheres e as casas espiam os homens. Há uma perspectivação passiva do enunciatário que, nesse momento, debruça-se enunciativamente, e, embora o narrador esteja presente na estória, ele descreve um mundo que acontece sem a participação dele.

Na terceira estrofe, acentua-se a negação da descontinuidade e se caminha para uma *afirmação da continuidade*. O mundo das coisas segue sendo descrito passivamente. O bonde passa e a acentuação se dá quando Carlos pergunta “para que tanta perna?” As pernas se misturam e nada possui singularidade, nada é sobressaliente. Tudo é igual e também apático.

Na quarta estrofe, o narrador segue descrevendo o mundo, porém, agora, um homem “atrás dos óculos e bigode” se destaca e tem uma personalidade diferente dos outros. Nesta estrofe, também, começa a descrição do mundo mais subjetivo.

Estes aspectos negam a continuidade até a sexta estrofe na qual se conflitam os dois conteúdos, e constitui-se no ápice do conflito:

- a. mundo mundo vasto mundo se eu me chamasse Raimundo  
continuidade
- b. seria uma rima continuidade

- c. não seria uma solução negação da continuidade
- d. mundo mundo vasto mundo mais vasto é o meu coração  
descontinuidade<sup>19</sup>

Porém, para o percurso sintático geral que estamos elaborando, toda esta estrofe comuna numa *afirmação da descontinuidade*.

Não há uma negação da descontinuidade novamente na última estrofe e o texto termina com a afirmação da descontinuidade.

Dessa maneira, parece-nos que na primeira metade do texto predomina os conteúdos da *continuidade* e, na segunda metade, os da *descontinuidade*.

Para fins de comparação, descrevemos sumariamente o *Poema de Sete faces* nos diferentes níveis de apreensão do sentido, assim sendo, confrontaremos as estruturas de significação encontradas com o texto de chegada, *Seven-sided poem*, de Elizabeth Bishop.

#### 4.3. Confrontações

##### Seven-sided poem Elizabeth Bishop

1 When I was born, one of the crooked  
2 angels who live in shadow, said:  
3 Carlos, go on! Be gauche in life.

4 The houses watch the men,  
5 men who run after women.  
6 If the afternoon had been blue,  
7 there might have been less desire.

8 The trolley goes by full of legs:  
9 white legs, black legs, yellow legs.  
10 My God, why all the legs?  
11 my heart asks. But my eyes  
12 ask nothing at all.

13 The man behind the moustache  
14 is serious, simple, and strong.

---

<sup>19</sup> Com esta sintaxe mínima estabelecida dentro da estrofe, apenas quisemos mostrar a tensão dos conteúdos presentes concomitantemente no texto. Esta é uma estrofe importante para o entendimento do texto porque amarra percursos potencializados nas primeiras estrofes, confirmando as expectativas e fornecendo elementos ao leitor para a interpretação geral do texto.

15 He hardly ever speaks.  
 16 He has a few, choice friends,  
 17 the man behind the spectacles and the moustache.

18 My God, why hast Thou forsaken me  
 19 if Thou knew'st I was not God,  
 20 if Thou- knew'st that I was weak.

21 Universe, vast universe,  
 22 if I had been named Eugene  
 23 that would not be what I mean  
 24 but it would go into verse  
 25 faster.

26 Universe, vast universe,  
 27 my heart is vaster.

28 I oughtn't to tell you,  
 29 but this moon  
 30 and this brandy  
 31 play the devil with one's emotions.

#### 4.3.1. *Nível discursivo*

As projeções da enunciação no enunciado são mantidas no TC, isto é, as debreagens, debreagem de segundo grau e embreagem. Por isto, os efeitos de sentido de objetividade e subjetividade e a divisão do texto em dois blocos ficam preservados na tradução.

No tocante à escolha das figuras e temas, encontramos as divergências. No verso um do TC, a autora usa a figura “crooked” para caracterizar o *angel*. Dissemos que, de acordo com o dicionário Aurélio, o adjetivo que caracteriza o anjo, “torto”, no TP, pode significar “aquilo que não é direito”, “torcido” ou “oblíquo”, e a conclusão a que chegamos é que o estado “anjo torto”, no TP, pode ser descrito, em termos narrativos, apenas como um sujeito em conjunção com a não-convencionalidade e, este estado de coisas é eufórico para o TP.

O adjetivo “crooked”, segundo o dicionário Editora (2008), significa, inicialmente, “torto” e “torcido”, mas também, “desonesto” e “corrupto”. Esta palavra, ainda, é derivada de “crook”, que significa literalmente “vigarista”, “trapaceiro” e “intrusão” e por isto, parece se associar, por proximidade, mais aos significados periféricos que mencionamos na parte concernente à descrição do significado de “torto”, em português e que rejeitamos para interpretação deste.



Esta sutil valorização dos traços disfóricos do significado de “crooked” que afetam o estado do actante, na cena de nascimento do narrador, estabelece uma configuração discursiva que irá construir a imagem deste actante para o leitor e uma leitura para os próximos atos do actante “angel”. Esta pequena mudança de estado do sujeito, por exemplo, parece alterar diretamente a determinação descrita na última estrofe, pois o mandato “be gauche in life”, advindo de um sujeito em conjugação com a corrupção e a desonestidade poderia ser mais adequadamente tematizado, por exemplo, como “maldição”.

Em vez disso, no TP, o mando parece – por associação ao seu destinador – um sujeito de estado que está em conjugação com a não-convencionalidade, realizar temas como “destino” ou “sorte”, por exemplo.

No TP, o papel desse sujeito se concretiza como uma espécie de *guia* e no TC, como um *amaldiçoador*.

Logo, negociando com as figuras em inglês, a escolha por “crooked” mantém a propriedade */esquerdo/* do significado de torto, entretanto, neste ganho do traço semântico, o texto perde em *investimento axiológico* e nos *temas* que concretizam os esquemas do nível narrativo.

Por meio deste exemplo, sublinhamos a importância da descrição das imagens das personagens, para sua posterior transposição, até a do enunciador e enunciatário, pois, como vimos, concisamente, estas imagens estabelecem percursos de leitura que podem modificar, por fim, todos os demais temas associados às palavras do texto. Na segunda “face” de Drummond, analisamos outro exemplo da relação temas e figuras.

Como vimos, no verso seis, “a tarde azul”, no TP, associada ao estado dos homens que estão carregados de desejos, pode indicar uma tarde cheia de nuvens, portanto “azul” e não límpida, assim como os desejos para os homens, as nuvens para a tarde, seriam impeditivos para enxergar com nitidez.

No TC, a convocação da cor “blue”, transposta literalmente para o inglês, não gera um mesmo efeito de sentido. Na LC, a cor “azul”, comumente, relaciona-se simbolicamente, com conteúdos como “tristeza” e “melancolia”. Segundo o dicionário Editora (2005), além de literalmente “azul”, ela pode significar “depressão nervosa”, assim como *to feel blue* significa “sentir-se deprimido” e *to look blue* significa “parecer triste”.

Com tal característica, os excertos “If the afternoon had been blue/there might have been less desire” podem ser interpretados de modo que “se a tarde tivesse sido triste, teria havido menos desejo”. Em virtude disto, o TC acaba por não gerar um mesmo conteúdo de *ofuscamento*, sugerido pelas nuvens para o céu e os desejos para os homens, mas suscita temas completamente distintos como os de *melancolia* e *depressão*, que não corroboram para um entendimento geral do texto.

Provavelmente uma cor que simbolizasse o ofuscamento do céu, em inglês, seria uma adequação com menos prejuízos.

Se observarmos os versos seis e sete do TC, veremos ainda que cria-se no TC uma relação de dependência “6 If the afternoon had been blue, 7 there might have been less desire”, entre o estado da tarde e a quantidade de desejo. A dependência é causada pelo uso dos verbos “had been”, usado em inglês para expressar ações no passado que ocorreram antes de outras que também já aconteceram, “have been”, que expressa ações que aconteceram no passado e continuam no presente, e da conjunção condicional “if” ao início da frase.

Dessa maneira, enquanto os versos seis e sete diriam “se a tarde tivesse sido azul, teria havido menos desejo”, no TP, com os verbos no pretérito imperfeito do modo subjuntivo e pelo entendimento global da estrofe, há uma comparação: assim como os desejos seriam impeditivos para os homens enxergarem com nitidez, as nuvens o seriam para a tarde<sup>20</sup>.

Sinalizamos que o cromatismo das diferentes línguas, em lugar de ser considerada uma categoria própria, enquadra-se como um problema de figuras e temas, assim como o problema de reconstrução das imagens dos actantes acima mencionado.

Na terceira estrofe, falamos da omissão das vírgulas no verso nove no TP, que corroboram para os conteúdos “sincretismo” e “mistura”. No TC, a omissão não é preservada e portanto a diferença entre os TP e TC se dá na *atenuação do conteúdo*, que, no TC, fica apenas ao cargo da troca de “people” por “legs”.

Em continuidade na leitura, nos versos treze a desessete do TP, diz-se que o homem atrás do bigode tem “poucos e raros amigos”, ora, como dissemos, “poucos” confirma a isotopia causada no início da estrofe pelas figuras que caracterizam esse homem: “sério” e que “quase não conversa”, e “raros” é a palavra

---

<sup>20</sup> A interpretação se encontra na subseção 4.2.2 “Semântica do nível discursivo” deste capítulo.

que instaura pelo menos dois percursos: um que repete o advérbio “poucos” e enfatiza a escassez desses amigos e um outro, no qual se acrescenta uma qualidade a estes amigos: a sua *distinção* em relação as demais pessoas.

No TC, a polissemia da palavra não é mantida e, conseqüentemente, não se instauram dois percursos que caracterizam esse homem.

Constrói-se uma imagem semelhante a do sujeito de estado de Drummond, ele é “serious”, “simple” e “strong”. Usa-se uma expressão que significa rara frequência na comunicação com o mundo exterior “15 he hardly ever speaks”, porém, a palavra “choice”, que significa, precisamente, segundo o dicionário Porto Editora, (i) “cuidadosamente escolhido” e (ii) “selecionado”, e não dá abertura, portanto, para uma leitura até então inédita.

Na tradução, ainda, um efeito interessante do TP é atenuado no TC. No TP a figura “raros”, admitida como “poucos”, enfatiza que o *homem atrás do bigode* seja identificado com a pessoa do narrador, que é um *abandonado*, já a escolha da figura *choice*, no TC, não reitera essa leitura.

Dissemos que, na quinta “face” ou estrofe, o narrador sai da debreagem enunciativa na qual contava a estória de um homem instrospecto que está “atrás do bigode” para a debreagem enunciativa, e fala em discurso indireto livre: “18 Meu Deus, porque me abandonaste 19 se sabias que eu não era Deus 20 se sabias que eu era fraco”. Este eu-narrador que reclama a Deus o seu abandono nos dá um indício de que esse homem “atrás” do bigode, seja uma descrição do “eu” que fora debreado enuncivamente. Essa leitura é disparada pela figura “abandono”.

Nos versos dezoito a vinte, percebemos um enriquecimento no TC. A intertextualidade que mencionamos na descrição do TP é mantida e intensificada. No TC, aparecem três palavras de uso arcaico na LC: “thou”, “hast” e “knew’st”. “Thou” é a mais sobressaliente delas, porque remete de maneira específica à linguagem eclesiástica. “Thou”, é uma palavra usada como a forma singular de “you” no inglês quando o termo é sujeito do verbo. Segundo dicionário Merriam-Webster’s Collegiate, ela é uma palavra arcaica, utilizada na linguagem eclesiástica ou literária. Outros dicionários como o *Collins* e *Word Reference*, mencionam somente a linguagem eclesiástica. “Hast”, segundo os mesmos dicionários, é uma forma arcaica e está conjugada no singular do *present tense* de “have”. “Knew’st”, é o *past tense* de “know” com um apóstrofo obsoleto.

Existem, até, uma diversidade de versões bíblicas, como a “New International Version”, “Berean Study Bible” e a “New American Standard Bible”, dentre outras que usam as formas “have you” na célebre frase “My God, why **hast Thou** forsaken me?”, não específicas da linguagem bíblica, mas elas não foram utilizadas pela autora na tradução e nisto vemos uma preocupação clara em conservar a intertextualidade com a Bíblia para os falantes do inglês que facilmente acessam a relação de intertextualidade.

No TP, pensamos que uma intensificação dada que remetesse ao discurso eclesiástico se faria com o uso da segunda pessoa do plural “vós”, comum na linguagem eclesiástica.

Na penúltima estrofe, temos ganhos e perdas. Como dissemos, a estrofe é a única no poema que rima no texto de partida.

No TC, a adaptação de “Carlos” para “Eugene”, que termina em [dʒi:n] ganha a rima com “mean”, [mi:n]. Porém sabemos que, no TP, a rima da palavra “Raimundo” com “mundo” cujo som das últimas sílabas é igual, se relaciona diretamente a um significado mais específico: a não adequação de Carlos com o mundo. “Eugene” rima com “mean” e não com “universe”. Desse modo, no TC a rima perde o seu sentido principal.

A reorganização da rima, ainda, em “21 Universe vast universe 22 if I had been named Eugene 24 that would not be what I mean 24 but it would go into verse 25 faster” significaria literalmente “Se eu me chamasse Eugene, isso não seria o que eu quero dizer ou – o que eu significo –, mas entraria um verso rápido” que remetem a conteúdos distintos do que dissemos do TP, na qual se ele se chamasse Raimundo, seria apenas que uma rima, não solucionaria o problema de Carlos ser diferente do mundo, que é o ser *gauche*. O TC não repete o *tema* da exclusão que mencionamos na descrição, não o reforça.

Na verso vinte e nove, da última estrofe do TP, dissemos que a palavra *diabo*, significa “muito” e “extremamente”, portanto o conhaque e a lua botam o narrador comovido em excesso.

No TC, a autora usa uma expressão “31 *play the devil* with one’s emotions” que, segundo o dicionário Collins, significa “tornar algo pior”, “aborrecer consideravelmente”. Neste aspecto do poema consideramos a adaptação como um ganho, pois é capaz de manter uma expressão idiomática com a figura do “diabo” e ainda o sentido de intensificar as emoções. É necessário ressaltar que a expressão

na LC, ainda carrega um traço negativo não existente na expressão “como o diabo” do português, que é o de aborrecer e molestar.

#### **4.3.2. Nível narrativo**

No nível narrativo, as dessimilitudes diminuem. Na estrofe um, o estado do anjo é caracterizado como um sujeito em conjunção com a não-covencionalidade e o *angel* como um sujeito em conjunção com a corrupção.

A ordem na narrativa, de fazer-fazer, da manipulação, se mantém embora sua manipulação receba uma axiologização diferente e seja tematizada como “maldição”.

O sujeito concretizado por “casas” no nível discursivo e que tem um papel de destinador-julgador sobre outro sujeito concretizado por “homens” no TP, se mantém no TC como destinador-julgador de outro estado igualmente dado. Porém, na mesma estrofe, o estado do sujeito tarde em conjunção com o ofuscamento, dado pela comparação no TP, não se mantém no TC.

Sob uma perspectiva canônica, no TP, o “homem detrás do bigode” não está competencializado para *fazer amigos*, porque não se comunica muito. No TC, ele tem poucos amigos porque escolhe com cuidado.

Na quinta estrofe, o sujeito inconformado que vemos no TP se mantém no TC.

Na sétima estrofe, a manipulação que intensifica as emoções do narrador se preserva, bem como a menção dos destinadores, “moon” e “brandy” e a sanção negativa que o sujeito faz do seu estado também se mantém.

#### **4.3.3. Nível fundamental**

O TC perde em investimento axiológico dos elementos da oposição elementar do TP. O lado torto é disforizado desde o início do poema e a euforização da dêixis da descontinuidade não acontece, de forma contundente, nas estrofes seguintes, salvo nos versos vinte e seis e vinte e sete do TC que falam positivamente do coração de Carlos: “26 universe, vast universe, 27 my heart is vaster”. Carlos, por sua vez, por ter sido disforizado desde o início do poema, faz

com que o verso pareça confuso. A sexta face não esclarece o poema para uma leitura global do texto, também, como vimos no TP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas da transposição do sentido na tradução interlingual são de natureza diversa e, por isso, difíceis de resolver. O método semiótico de apreensão e organização do sentido que aqui apresentamos e que propomos como estratégia de construção de uma espécie de base interseccional mediadora ente o texto de saída e o de chegada, certamente, não resolverá os muitos e variados problemas da tradução, que, como sabemos, sempre estão a se renovar a cada texto a ser traduzido, sobretudo em função das variáveis língua e cultura. Este fato explica em parte a proliferação de estudos que se voltam para a teoria e a prática da tradução, adotando como critério norteador a identificação pontual das dificuldades enfrentadas pelo tradutor de um texto específico e o encaminhamento de soluções *ad hoc* dadas a elas. Em nosso trabalho, pensamos em servir à teoria e à prática da tradução, mostrando que a mediação semiótica, metodologicamente orientada na análise interpretativa do texto de partida, com vistas à apreensão e organização de suas estruturas de significação, pode tornar o tradutor, no mínimo, mais consciente das estruturas de linguagem que estão em jogo no processo da tradução.

No início deste trabalho, propomos a ideia de que o método da semiótica constituiria o nosso principal foco de atenção e pensávamos que o nosso exercício de aplicação pudesse abranger mais exemplos de tradução a fim de que reuníssemos condições de, pela multiplicação de textos analisados, provar a utilidade daquele método na prática da tradução interlingual. Entretanto, após lermos os primeiros autores da bibliografia selecionada por nós, percebemos que, a cada nova leitura, aumentavam os elementos das teorias linguística e semiótica que se mostravam interessantes para pensar a teoria e a prática da tradução, o que exigiu de nós maior tempo de reflexão e limitou a possibilidade de trabalho com outros exemplos de tradução.

O capítulo três, que inicialmente era uma simples fundamentação teórica necessária para a análise desenvolvida no capítulo quatro, tornou-se gradativamente, então, a principal contribuição deste trabalho, que, neste momento, se apresenta majoritariamente teórico. Não deixamos, no entanto, de discutir, com apoio na linguística e na semiótica, alguns problemas de tradução, procurando fornecer a esta prática de transposição subsídios daquelas disciplinas, principalmente no capítulo final, que se constitui da análise de dois textos, um fonte

e outro alvo, pormenorizadamente discutidos, nos quais avançamos algumas discussões acerca de elementos aparentemente úteis para o estabelecimento de uma tipologia das traduções baseada no modelo do percurso gerativo do sentido.

Também no início desta pesquisa promovemos a discussão de alguns tópicos relacionados à teoria da tradução, fase necessária para a revisão da literatura. Constatamos, por exemplo, que as análises de traduções realizadas pelos autores estudados eram pontuais e se concentravam no plano mais concreto do texto, detendo-se no exame das figuras e dos temas, num vai e vem pontualizante entre detalhes do texto de partida e o tratamento dado a eles no texto de chegada, conforme assinalavam Bassnett (2003) e Paes (1990). Se o foco da atenção voltava-se para os sentidos gerados pela totalidade do texto, não raro era esses estudos caírem no equívoco da valorização prioritária do produto da tradução, o verdadeiro objeto das suas análises, ou seja, em muitos casos, o que parece interessar ao analista é apenas a qualidade do texto de chegada, enquanto as formas do sentido contidas no texto de saída que estariam sendo submetidas ao processo de tradução passavam sem o devido tratamento.

Defendemos aqui que o método semiótico serve à tradução na medida em que propõe uma análise das estruturas semióticas que subjazem à gramática superficial das línguas, e dos textos de saída e de chegada, desde que o tradutor esteja atento aos conteúdos (expressão e conteúdo, *stricto sensu*) realmente traduzíveis de um texto para outro em função de um seu entendimento semântico global. A partir do levantamento bibliográfico que realizamos, percebemos não só que predominavam discussões em torno de casos muito pontuais de tradução, mas também que os autores utilizavam critérios diversos nas análises comparativas de traduções, forjando categorias de análise *ad hoc* conforme os problemas iam sendo encontrados nos textos. Ora, esse comportamento ocasionava a proliferação de categorias difíceis de serem reunidas numa teoria coerente. Por essa razão é que defendemos o esforço de construção de um modelo teórico-metodológico para a prática da tradução interlingual e, para dar mostras das vantagens aí envolvidas, buscamos ancorar nosso estudo no modelo semiótico de leitura e descrição do sentido, operando com o que se convencionou chamar, em semiótica, percurso gerativo.

Além disto, nessa leitura de teorias da tradução, percebemos que a maioria dos autores eram tradutores que escreviam sobre sua prática e, dessa



maneira, constituíam conceitos para o que é traduzir. Encontramos uma miscelânea de verbetes que aparecem como sinônimos de tradução na literatura escrita, o que inviabiliza qualquer concordância sobre o significado de tradução e, conseqüentemente, a eleição de critérios para estabelecer a diferença entre o que é ou não tradução.

Neste momento nos deparamos com problemas com que não podíamos lidar, sobretudo pela extensão que este trabalho estava sujeito a tomar ultrapassando o recorte indicado para uma dissertação. Esses problemas, no entanto, fizeram com que percebêssemos um veio de pesquisa a ser explorado posteriormente, pois deixou-nos ver que, com o auxílio do percurso gerativo do sentido, poder-se-ia apostar na elaboração mais precisa de uma definição para o processo da tradução.

Refletindo acerca dos problemas, inicialmente propostos, das análises comparativas pontuais e, principalmente, da falta de uma mediação metodológica para a transposição do sentido em traduções, cremos que conseguimos separar os problemas encontrados nestes textos, descrevendo pormenorizadamente os seus movimentos enunciativos, embora, no momento de confrontação dos achados da interpretação com o texto da tradução, tenhamos chegado a poucos resultados, talvez por termos analisado um único texto.

Mesmo assim, cremos que a ferramenta semiótica nos permitiu a generalização dos problemas de transposição que encontramos pontualmente explorados aqui e acolá, num ou noutra autor, em função de critérios que servem para definir a natureza desses problemas (sintáticos ou semânticos, discursivos ou narrativos, de conteúdo ou de expressão) sem perder de vista o efeito de sentido global dos textos envolvidos na tradução. No que diz respeito a isso, uma pergunta insistente nos acompanhou durante toda a pesquisa que realizamos, a saber: se o texto é uma totalidade em funcionamento em que o sentido global determina o valor de suas partes constituintes, em que medida aquelas alterações pontuais pertencentes a um nível do percurso gerativo do sentido, discutidas exaustivamente pelos teóricos-tradutores consultados, reverberavam nos outros níveis? Perguntamos-nos, por exemplo, se uma alteração narrativa, mínima que seja, não repercute necessariamente na gramática do nível discursivo ou se uma embreagem não tem seus desdobramentos temático-figurativos. O problema de alguns dos textos consultados é que, neles, tais reverberações não eram objeto de comentário.

Pensamos que o especialista em tradução deve estar atento a essas reverberações, pois, sendo impossível numa tradução transplantar para o texto de chegada todos os elementos contidos no texto de saída, as escolhas dos efeitos de sentido a serem preservados no ato de traduzir acarretarão inevitáveis perdas de outros efeitos de sentido. Em outras palavras, o tradutor estará sempre negociando, e optar pela manutenção de um dado efeito de sentido do texto de saída no texto de chegada implica saber que efeito de sentido é esse e qual mecanismo é responsável por sua geração no texto de saída, bem como se é possível gerar o mesmo efeito de sentido no texto de chegada e como fazê-lo, ou seja, é preciso saber se a língua de chegada dispõe de algum mecanismo gerador do efeito a ser transposto. Como se sabe, essa não é uma tarefa fácil, porque exige do tradutor conhecimento profundo dos dois sistemas linguísticos envolvidos na tradução e das possibilidades textualizantes particulares de cada um daqueles sistemas. Acrescente-se a isso a preocupação que o tradutor deve permanentemente ter com as repercussões que cada gesto seu provoca nos diferentes níveis do percurso gerativo do sentido. Voltamos a dizer: esta não é uma tarefa fácil, e é exatamente por não ser uma tarefa fácil que defendemos o concurso de um aparato teórico-metodológico na sua realização.

Como vimos, exemplo dessa repercussão entre níveis é a análise da seleção da figura “crooked” no texto de chegada, que altera no nível narrativo o seu estado de conjunção com a não-convencionalidade para um estado de conjunção com a corrupção, o conseqüente investimento deste enunciado de estado no papel temático do “angel”, como amaldiçoador, e a manipulação do nível narrativo tematizada como “castigo” ou “maldição”. E, ainda como reverberação daquela seleção, a axiologização eufórica dos elementos que pertencem à dêixis da descontinuidade, no nível fundamental, não ficava reforçada pela escolha da figura no nível discursivo, como mencionamos.

Outro exemplo é a seleção de “Eugene” em lugar de “Raimundo” que, na organização da estrofe, perde o efeito de sentido principal de – no nível temático – reforçar o tema da não adequação do sujeito Carlos ao mundo, isto é, do sentimento de exclusão das minorias, primeiro tema do texto de partida destacado por nós, na subseção 4.2.2, do capítulo quatro. A figura, ainda, por conta de sua expressão não rimar com “universe” e sim com “mean” e por conta de ela não reforçar o tema na estrofe principal do texto, que explica e confirma hipóteses geradas no início da

leitura do poema, acaba por tornar o entendimento global do texto mais difícil, no que diz respeito à elaboração da oposição semântica fundamental.

Após a análise, nossa hipótese de que as estruturas de significação tenderiam a permanecer invariantes nos níveis fundamental e narrativo, variando, majoritariamente, no nível discursivo foi relativamente confirmada, pois as variações no nível discursivo foram, em número, maiores que nos níveis narrativo e fundamental e é possível ver pela própria extensidade dos tópicos. Entretanto, os resultados mostraram que a sintaxe permaneceu mais invariável nos níveis narrativo e fundamental do que a semântica, por exemplo.

As mudanças no nível figurativo, certas vezes, não só se refletiam no nível temático, mas também modificaram os níveis narrativo e fundamental. Cabe averiguar se isso se verifica em outros textos poéticos traduzidos do português para o inglês, tarefa que não conseguimos realizar nesta dissertação, já que nos restringimos a um exemplário pequeno.

Ao fim e ao cabo do nosso estudo, concluímos que o tradutor que não tenha a preocupação de organizar tipológica e globalmente a natureza dos problemas envolvidos na tradução, pode, na sua prática, multiplicar excessivamente o universo categorial com o qual trabalha, de modo a transformar esse campo de estudo numa espécie de vale-tudo, em que cada tradutor desenvolve seus procedimentos particulares, que podem variar enormemente, a ponto de haver procedimentos específicos para cada texto traduzido. Defendemos que o tradutor deve estar plenamente consciente das escolhas que faz, sabendo que irá, por um lado, perder efeitos de sentido do texto de partida e, por outro, ganhar outros em função de suas escolhas. Ou seja, o tradutor deve saber não apenas que sempre estará negociando com os meios que oferecem a língua de chegada e a língua de partida e com os procedimentos e mecanismos textuais de que elas dispõem, mas também que toda e qualquer escolha que realiza deve ser plenamente consciente por conta da repercussão que cada uma delas pode operar nos diferentes níveis do percurso gerativo do sentido. Cremos que uma orientação teórico-metodológica faria muito bem à prática da tradução, e que a Semiótica Discursiva é uma teoria que muito bem se prestaria a isso. Pensamos, enfim, que, municiado de um método que dê conta da geração do sentido, o tradutor ficaria, no mínimo, mais consciente das estruturas semióticas que alicerçam o sentido e o processo da tradução, que muitas

vezes depende excessivamente da intuição do tradutor, ganharia bases mais seguras, por generalizáveis.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema de Sete Faces. In: ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução A teoria na prática**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 59-60.
- ARAÚJO, Sueli Fontes de; HERNÁN-YERRO, Jorge. **Dificuldades e possibilidades de tradução em las aventuras del sapo ruperto de Roy Berocay**. Cultura & Tradução, João Pessoa, v.1, p. , 2011.
- AUBERT, Francis Henrik. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue**. 2 ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.
- BISHOP, Elizabeth. Seven-sided poem. In: ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução A teoria na prática**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 60-61.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. et al. **Linguagens e saberes: estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2015.
- BASSNETT, Susan. **Estudos de tradução fundamentos de uma disciplina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BERLINER, Claudia; BRANDÃO, Eduardo; STAHEL, Monica. **Señas: dicionário para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CAMPOS, Geir. **O que é tradução**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSERIU, Eugenio. O certo e o errado na teoria da tradução. In: **O homem e sua linguagem**. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1982. p. 147 – 164.
- COSERIU, Eugenio. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1979.
- COLLINS. Dictionary On-line. Disponível em: <<http://www.collinsdictionary.com/>> Acesso em: 10 maio 2016.
- ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- EDITORA, Porto. **Dicionário de inglês-português**. 4. ed. Porto: Porto Editora, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2272 p.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 128 p.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**; Tradução de Jean Cristtus Portela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FURLAN, Mauri. Brevíssima história da teoria da tradução no ocidente I. Os romanos. **Cadernos de Tradução**, nº VIII, UFSC.

FURLAN, Mauri. Brevíssima história da teoria da tradução no ocidente II. A idade média **Cadernos de Tradução**, nº XII.

FURLAN, Mauri. Brevíssima História Da Teoria Da Tradução No Ocidente III. Final Da Idade Média E O Renascimento, **Cadernos de Tradução**, nº XII.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: EDUSP/Cutrix, 1973.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Sentido I**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Sentido II**. 1 ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto 2011.

GARRIDO, Bruno Sampaio. O fazer tradutório em abstracts de periódicos científicos: contribuições da semiótica francesa. **Cadernos de Semiótica Aplicada**. v. 12, n. 1, 2014.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

JABOKSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. *In*: ROMAN, Jakobson. **Linguística e comunicação**. 24. ed. São Paulo: Editora Pensamento/Cultrix, 2007. p. 42 – 48.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. 20. ed. São Paulo: 2008.

MILTON, Heloísa Costa; ESTEVES, Antonio. Lazarillo de Tormes. Edição bilingue. São Paulo: Editora, 2005, 224 p. Resenha de: CARDELLINO, Pablo. **Cadernos de tradução**.v. 1, n. 19, p. 283-288, 2007. Disponível em: <[http://www.academia.edu/2185494/Lazarillo\\_de\\_Tormes.\\_Organizacao\\_edicao\\_do\\_texto\\_em\\_espanhol\\_notas\\_e\\_estudo\\_critico\\_de\\_Mario\\_M.\\_Gonzalez.\\_Traducao\\_de\\_Heloisa\\_Costa\\_Milton\\_and\\_Antonio\\_R.\\_](http://www.academia.edu/2185494/Lazarillo_de_Tormes._Organizacao_edicao_do_texto_em_espanhol_notas_e_estudo_critico_de_Mario_M._Gonzalez._Traducao_de_Heloisa_Costa_Milton_and_Antonio_R._)> Acesso em: 13 jun. 2015.

MERRIAM-WEBSTER'S COLLEGIATE DICTIONARY. *In*: \_\_\_\_\_. Encyclopedia Britânica On-line. Disponível em: < <http://www.merriam-webstercollegiate.com/>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

NIDA, Eugene; TABER, Charles Russel. **La traducción: teoría y práctica**. Madrid: Ediciones Cristiandad. 1986.

PAES, José Paulo. **Tradução: a ponte necessária aspectos e problemas da arte de traduzir**. São Paulo: Ática S.A., 1990.

PONDIAN, J. di F. Linguística, semiótica e tradução: apontamentos. *In*: XI ENAPOL, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XI ENAPOL Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/dl/xienapol/anais/PONDIAN\\_Juliana.pdf](http://www.fflch.usp.br/dl/xienapol/anais/PONDIAN_Juliana.pdf)> Acesso em: 04 maio 2015.

QUIROGA, Horacio. A galinha degolada e outros contos. Porto Alegre: LM&POCKET, 2002, 152 p. Resenha de: TRIERWEILLER, Ana Claudia. **Cadernos de tradução**. v. 2, n. 8, p. 276 – 279, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/431>> Acesso em: 14 jun. 2015.

RASTIER, François. Linguistique interprétative et fondements sémiotiques de la traduction. **Texto!**. v. XVI, n. 01, 2011. Disponível em: <<http://www.revue-texto.net/index.php?id=2718>> Acesso em: 10 maio 2015.

RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SARAIVA, José Américo Bezerra. **A trama poética em Caetano Veloso**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Antonio Messias Nogueira da. Análisis de la traducción al español de la página web del portal del ministerio brasileño de turismo. **Cadernos de Tradução**. v. 1, n. 27, p. 51 – 70, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1730>> Acesso em: 10 maio 2015.

VALÉRY, Paul. **O cemitério marinho**. Trad. Jorge Wanderley. 2 ed, São Paulo: Max Limonad, 1984.

SILVA, Antonio Messias Nogueira da. Análisis de la traducción al español de la página web del portal del ministerio brasileño de turismo. **Cadernos de Tradução**. v. 1, n. 27, p. 51 – 70, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1730>> Acesso em: 10 maio 2015.

WORD REFERENCE. English-Spanish Dictionary On-line. Disponível em: <<http://www.wordreference.com/>> Acesso em: 15 jul. 2016.